



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS
MBA EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS E RELAÇÕES
INTERNACIONAIS



ALEXANDRE BATISTA ALENCAR

Os Militares na Política e as Relações Civis-Militares no Governo Jair Bolsonaro

Niterói, RJ

2024



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS
MBA EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS E RELAÇÕES
INTERNACIONAIS



Folha de Aprovação de Trabalho de Conclusão de Curso em Estudos Estratégicos e Relações Internacionais (Monografia)

Título do Trabalho: Os Militares na Política e as Relações Cívico-Militares no Governo Jair Bolsonaro

Aluno: Alexandre Batista alencar

Avaliadores:

Prof. Dr. Eduardo Heleno de Jesus Santos - Orientador

xxxx - Leitor

xxxxk - Leitor

Nota 1
Nota 2
Nota 3
Total

Niterói, RJ

Agradecimentos

Ao meu orientador, Professor Dr. Eduardo Heleno de Jesus Santos, cuja erudição, orientação e aulas inspiradoras, formaram pilares essenciais ao longo de todo o desenvolvimento deste projeto. Nessa perspectiva, sua disposição em aceitar o desafio de orientar um estudo que explora as nuances das Relações Cívico-militares, enquanto cerne dos estudos estratégicos, foi de suma importância para a confecção desta pesquisa.

Aos professores do MBA em Estudos Estratégicos e Relações Internacionais da UFF, pelas valiosas e inspiradoras aulas. Em especial, ao Professor Dr. Eduardo Heleno de Jesus Santos, agora na figura de coordenador do curso, pelos direcionamentos que contribuíram significativamente para o meu aprimoramento intelectual na área dos Estudos Estratégicos e das Relações Internacionais. De fato, todas as aulas e orientações concorreram sobremaneira para a ampliação do meu horizonte no campo da História, minha formação acadêmica de origem.

À minha querida esposa, Mestre em Música pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Maestrina da Banda Sinfônica do Corpo de Fuzileiros Navais, Liana Magalhães, pela enorme paciência e apoio durante a construção deste trabalho, pelas discussões enriquecedoras e pelos inúmeros conselhos que me foram dados. Sem você esta pesquisa não faria sentido algum, haja vista este estudo possuir como objetivo maior a busca pela construção de um mundo melhor para nós e um futuro melhor ainda para nosso pequeno. Vocês são a minha vida.

Resumo

O presente estudo analisa as relações civis-militares no Brasil durante o governo de Jair Bolsonaro, eleito em 2018, com foco na participação dos militares em cargos de natureza política. A pesquisa utiliza uma metodologia dedutiva, analisando fontes jornalísticas, relatórios, literatura acadêmica e a história das intervenções políticas das Forças Armadas brasileiras desde a Proclamação da República até o golpe de 1964. O trabalho examina teorias de autores como Maria Baltazar, Samuel Huntington e Morris Janowitz, e explora a evolução das relações civis-militares no Brasil com ênfase nas peculiaridades nacionais. Além disso, discute o papel histórico das Forças Armadas na política brasileira e a militarização do governo durante a gestão Bolsonaro, evidenciando o impacto dessa dinâmica sobre a defesa nacional e o controle dos militares.

Palavras-chave: Política, Relações civis-militares, militares e política, controle civil, Governo Bolsonaro.

Abstract

The present study analyzes civil-military relations in Brazil during the government of Jair Bolsonaro, elected in 2018, with a focus on the participation of the military in political positions. The research employs a deductive methodology, analyzing journalistic sources, reports, academic literature, and the history of military interventions by the Brazilian Armed Forces from the Proclamation of the Republic to the 1964 coup. The work examines theories by authors such as Maria Baltazar, Samuel Huntington, and Morris Janowitz, and explores the evolution of civil-military relations in Brazil with an emphasis on national peculiarities. Furthermore, it discusses the historical role of the Armed Forces in Brazilian politics and the militarization of the government during Bolsonaro's administration, highlighting the impact of this dynamic on national defense and military oversight.

Keywords: Politics, Civil-Military Relations, Military and Politics, Civilian Control, Bolsonaro Government.

Lista de siglas

AIB - Ação Integralista Brasileira
ALN - Aliança Nacional Libertadora
AMAN - Academia Militar das Agulhas Negras
CENIMAR - Centro de Informações da Marinha
CIE - Centro de Inteligência do Exército
CIM - Centro de Inteligência da Marinha
CISA - Centro de Informações da Aeronáutica

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho
CNV - Comissão Nacional da Verdade
CGU - Controladoria-Geral da União
EB - Exército Brasileiro
EMFA - Estado-Maior das Forças Armadas
EUA – Estados Unidos da América

FAB - Força Aérea Brasileira
FHC - Fernando Henrique Cardoso
GSI - Gabinete de Segurança Institucional
LSN - Lei de Segurança Nacional
MB - Marinha do Brasil
MD - Ministério da Defesa
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PNI - Política Nacional de Inteligência
PSL - Partido Social Liberal
RDE - Regulamento Disciplinar do Exército
RISG - Regulamento para Instrução e Serviços Gerais

SAE - Secretaria de Assuntos Estratégicos

SNI – Serviço Nacional de Informações
STF - Supremo Tribunal Federal
TCU - Tribunal de Contas da União
UDN - União Democrática Nacional

Lista de Figuras

Figura 1 - Gráfico de escalada significativa na presença de militares em cargos governamentais entre 2016 e 2020.	41
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE AS RELAÇÕES CIVIS-MILITARES.....	12
2. BREVE HISTÓRICO DAS INTERVENÇÕES POLÍTICAS DAS FORÇAS ARMADAS DURANTE A REPÚBLICA	23
2.1. Fatores determinantes para a atuação das Forças Armadas na política	23
2.2. Principais intervenções políticas das Forças Armadas na República	30
3. OS MILITARES NO GOVERNO BOLSONARO	39
3.1. O Governo Bolsonaro e as Relações Cívico-Militares	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	54

INTRODUÇÃO

Este estudo abordará os efeitos sobre as relações civis-militares oriundos da ocupação, por militares, de cargos de natureza política no período de 2018 a 2022, principalmente, durante o governo de Jair Bolsonaro.

A metodologia empregada envolverá a análise, de forma dedutiva, de diversas fontes, como matérias jornalísticas, revistas especializadas, relatórios e literatura acadêmica, assim como uma investigação teórica sobre os principais conceitos acerca das relações entre o poder civil e os militares. Além disso, será realizada uma contextualização histórica, abrangendo os principais momentos em que houve a participação das Forças Armadas na política brasileira desde o golpe da República em 1889, até o movimento que culminou com a ruptura democrática de 1964.

A pesquisa em questão é relevante para os Estudos Estratégicos, uma vez que busca compreender as relações civis-militares no Brasil e contribuir para o debate sobre o controle civil sobre as instituições militares. Nesse contexto, examinar os impactos do envolvimento de militares brasileiros em cargos políticos civis e seu potencial efeito sobre a estratégia nacional é crucial para as discussões sobre defesa e segurança, cujo cerne reside exatamente na interação e nos debates entre o poder civil e os militares.

O primeiro capítulo deste trabalho discute as relações civis-militares a partir de diferentes perspectivas teóricas, com foco tanto em um contexto mais amplo quanto nas especificidades do Brasil. Inicialmente, são abordadas as contribuições teóricas de autores como Maria Baltazar, Samuel Huntington e Morris Janowitz, que examinam as interações entre o poder civil e os militares em democracias consolidadas. Maria Baltazar destaca que, nas democracias ocidentais, os conflitos entre civis e militares são principalmente de natureza organizacional, como a distribuição de recursos, enquanto a legitimidade do poder civil é amplamente aceita. Samuel Huntington explora a importância do profissionalismo militar e a necessidade de manter os militares afastados da política para garantir a segurança democrática. Morris Janowitz, por sua vez, discute as complexidades internas das Forças Armadas e a inevitabilidade de suas interações com a política em contextos modernos.

No contexto brasileiro, o capítulo explora, ainda, como a histórica proximidade entre militares e política moldou as relações civis-militares, especialmente durante e após o regime militar de 1964. Autores como Eliézer Oliveira, Samuel Soares e Celina D'Araújo

analisam como essas relações evoluíram ao longo do tempo, destacando a criação do Ministério da Defesa (MD) como um marco na consolidação do controle civil sobre os militares.

No segundo capítulo o foco é papel histórico das Forças Armadas na política brasileira, enfatizando sua influência desde a Proclamação da República em 1889 até o Golpe de 1964. A análise é centrada nas dinâmicas internas da organização militar, como o recrutamento, treinamento e ideologias, que moldaram a atuação política dos militares ao longo da história. O texto destaca como a estrutura hierárquica, as disparidades sociais entre oficiais e praças, e as ideologias de intervenção influenciaram as repetidas incursões das Forças Armadas na política nacional.

O capítulo também explora as principais intervenções militares, divididas em períodos como o Tenentismo e o Estado Novo, ressaltando como essas ações foram justificadas por ideologias, que viam na intervenção militar uma necessidade para o Brasil. Além disso, a transição democrática e a continuidade da tutela militar até 1985 são analisadas como parte da complexa relação entre os militares e a política no Brasil.

Conclui-se, nessa parte, que a história das Forças Armadas brasileiras é marcada por profundas transformações, onde fatores internos e externos se combinam para moldar a atuação da instituição na política nacional, sublinhando a importância de entender essa trajetória para analisar o retorno recente dos militares à cena política.

O último capítulo ressalta o papel dos militares durante o governo de Jair Bolsonaro, destacando como essa dinâmica evoluiu e se intensificou na eleição de 2018. O texto detalha como a participação dos militares na política, inicialmente restrita a bastidores e aspectos corporativistas, ganhou protagonismo com a nomeação de militares para cargos estratégicos no governo, incluindo ministérios e outros postos de influência.

Durante o governo Bolsonaro, houve um aumento significativo de militares ocupando cargos no Poder Executivo, fato que despertou preocupações sobre a militarização da política brasileira. A análise do capítulo destaca a influência que os militares passaram a exercer sobre decisões políticas, afetando a relação entre civis e militares. Há também a exploração sobre as tensões internas entre militares e membros do governo, com episódios de dissidência e críticas públicas por parte de alguns generais que se opuseram à condução de Bolsonaro.

Por fim, o capítulo aborda as crises institucionais que marcaram o final do governo Bolsonaro, culminando nos ataques de 8 de janeiro de 2023 às sedes dos Três Poderes, em Brasília. Além disso, ressalta as investigações da Polícia Federal sobre a possível articulação golpista e o papel dos militares nesses eventos, destacando a gravidade da crise política e as propostas legislativas que surgiram para limitar ou impedir a participação direta de militares na política.

1 PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE AS RELAÇÕES CIVIS-MILITARES

Para uma melhor compreensão das interações entre o poder civil e os militares, faz-se necessário analisar alguns conceitos acerca dessas relações para explicar como se dá essa dinâmica em países democráticos. Dessa forma, o presente capítulo abordará algumas das teorias sobre a temática das relações civis-militares, ou seja, essa relação entre o soldado e o Estado. Em um segundo momento, é preciso ressaltar a especificidade brasileira sobre o tema, haja vista a cultura política de proximidade entre a caserna e a política no Brasil.

A dinâmica entre o Poder civil e os militares influencia decisivamente todos os aspectos do poder relacionados à segurança nacional. Nessa perspectiva, a primeira assertiva a ser destacada é que, do ponto de vista teórico, essa relação civil-militar oferece as bases explicativas e os vínculos causais necessários para entender as discussões nos Estudos Estratégicos. Além disso, ela facilita a organização e a estruturação do debate sobre as políticas de Segurança Nacional (Costa, 2014, p.13).

De fato, para além das questões que envolvem o tema dos estudos estratégicos propriamente dito, é necessário frisar que as relações entre o Poder civil e os militares se dá numa perspectiva histórica e política, por isso com as especificidades inerentes a cada sociedade e a cada estado. Assim, “a relação civil-militar é intrínseca de qualquer comunidade política que tenha trilhado o caminho histórico rumo ao Estado moderno” (Costa, 2014, p.13). São, portanto, as determinantes das discussões acerca do poder do Estado e dos debates sobre segurança estatal, defesa e todos os outros temas relativos ao amplo arcabouço dos estudos estratégicos (Costa, 2014, p.13).

Maria da Saudade Baltazar¹ é socióloga e Professora Associada no Departamento de Sociologia da Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora, Portugal. Integra a equipe de coordenação da Secção Temática Segurança, Defesa e Forças Armadas, da Associação Portuguesa de Sociologia (APS). Desde 1990, desenvolve a sua docência e investigação nas áreas do Desenvolvimento, Planeamento, e da Defesa e Segurança, com

¹ Ver: DE ÉVORA, U. Universidade de Évora / Pessoas. Disponível em: <<https://www.uevora.pt/pessoas?id=5544>> Acesso em: 08/08/2024.

coordenação e participação em projetos de investigação financiados por fundos nacionais e europeus. Tem vários livros e artigos publicados sobre os seus principais domínios de interesse científico. Para a autora:

O controlo das Forças Armadas pelo poder político é um pressuposto do Estado Moderno. Postulado que é adoptado de modo consensual, dada a contextualização que se pode traçar acerca do mesmo (Baltazar, 2000, p. 1).

Nessa direção, a teoria ocidental sobre as relações entre civis e militares frequentemente nos leva a examinar os conflitos que surgem entre governos e elites militares em relação ao controle da política de defesa e das forças armadas nacionais. No entanto, nas democracias ocidentais avançadas, essa disputa foi amplamente resolvida. Na prática, os problemas que surgem entre civis e militares são de natureza organizacional, envolvendo discussões sobre a distribuição de orçamentos e o tamanho das forças armadas e seus recursos humanos, e não sobre a legitimidade do poder civil em definir os objetivos nacionais ou comandar as Forças Armadas. Nesse contexto de democracias consolidadas, o uso das forças militares para fins político-partidários é altamente improvável. Isso se deve ao entendimento dos limites da subordinação militar ao poder civil, entendimento este que tem se consolidado ao longo do tempo entre políticos e militares. Cada Estado, portanto, tem um conjunto de normas, princípios e regras que guiam os líderes políticos e militares a implementarem políticas sensatas e viáveis (Baltazar, 2000, p. 5).

De fato, há pouco mais de um século, houve um aumento significativo de conflitos em relação à influência militar na política. Anteriormente, grosso modo, havia uma harmonia entre as elites militares e as político-econômicas, culminando em uma situação em que a classe dirigente civil exercia controle sobre as forças armadas. Com o aumento da complexidade das sociedades, essas elites começaram a se diferenciar, tornando-se necessário garantir que aqueles encarregados do uso da força militar compartilhassem os mesmos objetivos globais do Estado. Isso exigia que suas atividades fossem reguladas por normas estritas e que seus orçamentos fossem limitados ao mínimo necessário para manter uma força militar dissuasiva (Baltazar, 2000, p. 2).

Samuel P. Huntington (1927- 2008)² foi um cientista político estadunidense que, após receber seu diploma na Universidade em 1946, serviu ao exército. Foi reconhecido por ser um consultor de várias agências do governo dos Estados Unidos de América e um comentarista político em debates de política externa no final do século XX e no início do século XXI. Além disso, foi autor de diversos livros reconhecidos, destacando-se entre eles “*O Soldado e O Estado: Teoria e políticas das relações entre civis e militares*” (1957), em que investiga a relação entre o profissional militar e o poder político. Sua obra, portanto, resulta em uma das mais citadas em diferentes artigos e estudos que tratam do assunto.

Importa, para este estudo, a visão de Huntington sobre a profissionalização do militar, que consiste no corpo de oficiais como um corpo profissional, no sentido do exercício de uma profissão, que é o caso do oficial atualmente. Nesse sentido, esse profissionalismo é o que diferencia o oficial do presente, dos guerreiros do passado. O oficial profissional, que é uma criação do século XIX, tem que ser capaz de dirigir organizações cuja tarefa principal é o emprego da violência, sendo então necessário alto grau de especialização, pois indivíduos comuns, mesmo que possuindo determinadas qualidades intelectuais e de liderança, não poderiam desempenhar as funções militares sem a determinada experiência e um treinamento adequado (Huntington, 2016, p. 37).

Observa-se, ademais, que Huntington aborda em sua obra a questão da “mentalidade militar”, que “consiste dos valores, atitudes, e perspectivas inerentes ao desempenho da função militar e que se deduzem da natureza dessa função” (Huntington, 2016, p. 83). Assim, a função militar é exercida por um técnico burocrático especializado na administração da violência e, portanto, a ética ou valor militar só pode ser considerado quando deriva da profissão militar. Nessa conjuntura, a existência da profissão militar depende da existência do estado-nação e da competição do sistema internacional, pois esse estado deve ser capaz de manter o estamento militar para garantir a sua própria segurança. Nessa direção, Huntington afirma que o militar “tende a admitir que o estado-nação é a forma suprema de organização política” (Huntington, 2016, p. 87). Portanto, o estado-nação justifica a manutenção da força militar para cumprir os seus objetivos políticos, já que as guerras são essencialmente políticas.

2 Ver : <<https://ncca.ie/media/2597/samuel-huntington.pdf>> acesso em 08/08/2024

Outro fator importante é a relação entre o Estado enquanto poder político, e as Forças Armadas enquanto ator profissional e, por isso, mantendo-se distante do cenário político. Nesse sentido, o autor aborda e aprofunda o conceito de Controle Civil Objetivo que seria a maximização do profissionalismo militar, atingindo seu objetivo “ao militarizar os militares, tornando-os instrumento do estado” (Huntington, 2016, p. 106). Para Huntington, o inverso do Controle Civil Objetivo é a participação do militar na política, pois quanto mais os militares se envolvem progressivamente em questões políticas classistas e institucionais o controle civil diminui. Nesse contexto, portanto, quanto maior a participação na política de militares maiores são as ameaças aos pressupostos democráticos de um Estado. Tal atuação política levaria a uma aproximação inevitável de militares (Forças Armadas) com determinados grupos civis conflitantes, culminando em uma primazia ou superioridade de determinado grupo civil particular ou grupos sobre outros (Huntington, 2016, p. 107).

Morris Janowitz (1909-1988)³, sociólogo estadunidense e leitor da obra original de Samuel Huntington (1957), publicou sua obra principal, *"O Soldado Profissional"*, em 1960, na qual reorganizou os estudos militares com base na sua visão de que as Forças Armadas são uma burocracia estatal formada por diferentes grupos e setores, cada um com suas próprias características e particularidades. Também destaca que a neutralidade política proposta por Huntington é inviável, pois, dentro das Forças Armadas, existem divergências semelhantes às que encontramos na sociedade.

Aproximando-se de Huntington, Janowitz investiga os oficiais norte-americanos, estabelecendo hipóteses que servem de base para sua análise da profissão militar, comparando-as com as forças armadas de outros países, como a Inglaterra e a Alemanha. Nessa perspectiva, essas hipóteses foram formuladas com o intuito de criar soluções para problemas de natureza essencialmente políticos e concretos, como comportamento político dos militares antes e após as guerras e o grau de adaptação e preparação dos altos comandantes militares para as constantes tarefas políticas que os militares, inevitavelmente, terão que desempenhar. (Janowitz, 1971, p.28).

3 Ver: Morris Janowitz, American sociologist, Britannica. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Morris-Janowitz> acesso em 08/08/2024

Janowitz percebeu que, na segunda metade do século XX, houve um incremento substancial na influência militar em determinados setores governamentais e, conseqüentemente, na política dos Estados Unidos da América (EUA), em virtude da ampliação das habilidades de negociação e persuasão exercidas pelos altos escalões militares. Diferentemente de Huntington, Janowitz sustentava que, no futuro, os militares deveriam estar preparados para desempenhar funções além da guerra, tais como atuar na manutenção do equilíbrio das relações internacionais.

Conforme Janowitz, os militares seriam empregados em circunstâncias claramente delineadas, vinculando-os à sociedade que devem proteger. “A educação político-militar não pode ser retardada até o meio da carreira de um oficial, quando ele ingressa na escola de guerra. Sua educação em assuntos políticos-militares deveria começar na academia militar [...]” (Janowitz, 1971, p.407). Para ele, essa competência civil-militar evoluiu historicamente nas sociedades, tornando-se uma tendência irrevogável no âmbito militar. Dessa forma, não obstante as divergências em determinados contextos, a obra de Janowitz não invalida a de Huntington, mas aprofunda um pouco mais as questões políticas e sociais, nas quais o militar está inserido.

Destaca-se a importância da profissão militar que, na maioria das vezes, era a elite composta por norte-americanos nativos. Ao mesmo tempo, ele nos informa que, de uma forma ou de outra, a herança social deve ser reconhecida. Nesse sentido, ao se referir à profissão militar, sugere que ela deve estar inevitavelmente ligada aos aspectos de seu uso na guerra. Nesse contexto, Janowitz explica, por meio de sua análise da lógica da guerra, que a profissão militar de cada nação desenvolve uma doutrina que reflete seu ambiente social (Janowitz, 1971).

Finalmente, sugere a diferenciação existente entre as concepções de formação de um Estado-Nação, como a adotada pela ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), cujas teorias influenciam suas sociedades e, conseqüentemente, os profissionais das armas, e a adotada pelos EUA. Assim, em uma sociedade pluralista, não há razão para supor que a profissão militar seja regida por uma filosofia unificada. Existe, portanto, uma relação imperativa entre as origens da sociedade e a profissão militar, que acaba se refletindo na prática (Janowitz, 1971).

1.2 As Relações Cívico-Militares no Brasil

Os autores citados até aqui apresentam alguns conceitos acerca do tema sobre a perspectiva de estados altamente institucionalizados e, principalmente, fortes e que já possuem democracias sólidas e com os dispositivos de controle do poder sobre os militares estabilizados e com amplo consenso. Partindo-se desse pressuposto, é necessário considerar que em países periféricos do sistema internacional essas questões carecem de uma análise que leve em conta suas idiossincrasias e suas evoluções históricas e culturas políticas próprias. Portanto, o Brasil está inserido nessa lógica e é preciso analisar as relações cívico-militares de forma apropriada, considerando os aspectos brasileiros específicos.

Recentemente, no Brasil, duas formas institucionais têm delineado as relações entre civis e militares. Uma delas diz respeito à participação dos militares no contexto democrático entre 1946 e 1964 e após 1964 na esteira de uma conjuntura autoritária pós-golpe civil-militar. Os ministros militares atuavam como representantes de suas respectivas forças dentro dos governos, e a estabilidade desses governos muitas vezes dependia dos arranjos estabelecidos por vezes contra esses ministros. Esse modelo de lealdade dupla, tanto ao governo quanto à instituição militar, permeava os diversos níveis hierárquicos de comando em todo o país. Enquanto os movimentos sociais e políticos buscavam consolidar suas alianças com as forças militares, a viabilidade dos movimentos militares frequentemente dependia de seu respaldo político (Oliveira; Soares, 2000, p. 98).

Nota-se que a colaboração entre civis e militares frequentemente sugeria uma inclinação golpista por parte de forças que não compartilhavam um compromisso genuíno com a democracia. Assim, predominava a ideia de que crises políticas deveriam ser resolvidas por intervenções militares temporárias, lideradas pelos altos escalões, com a condição de que, uma vez superada a crise, o poder retornasse às mãos das autoridades civis. Em essência, isso representava uma capacidade de intervenção das forças armadas, cuja principal consequência, paradoxalmente, foi o estabelecimento do regime militar,

marcando uma transição da mediação militar entre as forças políticas para uma intervenção mais direta e autoritária (Oliveira; Soares, 2000, p. 99).

Outro fator a se considerar, foi a instauração gradual de um regime autoritário após a queda do governo constitucional do presidente João Goulart em março de 1964. Nessa conjuntura, esse regime se fortaleceu ao longo do tempo, adotando medidas centralizadoras e antagônicas à democracia e à política livre: substituiu os partidos políticos estabelecidos pela Constituição de 1946 por um sistema bipartidário; instituiu a eleição indireta do presidente da República, sendo todos generais do Exército de 1964 a 1985, dos governadores e prefeitos das capitais e de várias cidades estrategicamente importantes; subordinou a ordem constitucional à ordem institucional, restringindo liberdades políticas e, por meio do Ato Institucional nº 5, suspendeu o habeas corpus. Tais restrições em conjunto com o julgamento dos delitos políticos pela Justiça Militar e o amplo aparato repressivo, centrado nos altos comandos da Marinha (MB), do Exército (EB) e da Aeronáutica, culminaram no efetivo domínio do poder da República pelas Forças Armadas, especialmente pelo EB. Essa configuração institucional, caracterizada pelo exercício efetivo do poder militar sobre a República, representou um desvio significativo da democracia constitucional (Oliveira; Soares, 2000, p. 99).

O processo de transição, fundamentado em uma estratégia de distensão considerada bem-sucedida pelo próprio regime, teve início durante o governo de Ernesto Geisel. Ele foi conduzido principalmente de acordo com os parâmetros estabelecidos internamente pelo regime, embora as divisões dentro do aparelho militar fossem evidentes. Isso reforça a ideia de que outros atores políticos não tiveram interesse ou condições para influenciar diretamente os primeiros passos da transição, o que representa uma das suas inconsistências (Oliveira; Soares, 2000, p. 100).

Após a fase inicial de distensão, esperava-se que as relações civis-militares se desenvolvessem de acordo com os novos padrões do regime que estava surgindo. No entanto, as implicações específicas da transição brasileira para essas relações ainda estão em processo de amadurecimento, ocorrendo em momentos e de formas incertas. Ao longo do período pós-1985, diversos acontecimentos indicam que houve avanços em direção a uma adaptação democrática das relações civis-militares. Isso inclui as eleições diretas de 1989, o

impeachment do presidente Fernando Collor conduzido conforme a Constituição, a posse de Itamar Franco como presidente, a aprovação da Lei dos Desaparecidos e a criação efetiva do MD durante o segundo governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). No entanto, o aprimoramento dessas relações durante a transição democrática foi caracterizado por um progresso lento e cauteloso, devido a diversas razões que não são exclusivamente políticas e que não implicam necessariamente um retorno ao autoritarismo. As lacunas que precisam ser preenchidas para continuar avançando no processo são visíveis principalmente no campo político (Oliveira; Soares, 2000, p. 100).

A segunda fase da distensão teve início com um clima de insegurança. Durante o governo Sarney, por exemplo, havia a expectativa de que fossem criadas salvaguardas contra possíveis retrocessos autoritários. No entanto, a forma como ocorreu a "transição pactuada", na qual as Forças Armadas desempenharam um papel de destaque, limitou o debate político-partidário sobre o papel dos militares no novo regime. A continuidade das prerrogativas militares no início da segunda fase, representava um desafio para os setores interessados em consolidar a democracia. Portanto, era necessário redefinir o papel e a função dos militares para alinhá-los com o processo de democratização em curso, o que ficou evidente durante o processo da constituinte. No entanto, inicialmente, o papel político relevante dos militares foi mantido, e as fragilidades do governo Sarney levaram à consolidação da influência das Forças Armadas nos primeiros passos da transição. Nesse sentido, a elaboração da Constituição de 1988 coincidiu com a manutenção dessa influência militar, que perdurou até 1990, quando o presidente Fernando Collor de Mello extinguiu o Serviço Nacional de Informações e o sucessor do Conselho de Segurança Nacional. Isso marcou o início de um processo lento e às vezes intermitente de reconfiguração das relações civis-militares (Oliveira; Soares, 2000, p. 100).

Ademais, para os autores, agravava, ainda mais, as relações entre civis e militares o fato de os militares começarem a sentir-se menosprezados pela classe política e pelas elites, que recorriam a eles em certas ocasiões e depois os abandonavam, ignorando os interesses básicos da instituição militar. Nessa conjuntura, a alocação de recursos e o financiamento para o fortalecimento do aparato militar tornaram-se uma fonte potencial de instabilidade. De fato, a deterioração do equipamento, a falta de investimento em pesquisas e, especialmente, as questões salariais tornaram-se áreas sensíveis que poderiam gerar conflitos

graves com a classe política, assim como a dificuldade dos diferentes governos em formular um plano justo para tratar igualmente os salários tanto dos funcionários civis quanto dos militares do Estado. Nessa perspectiva, o problema orçamentário relacionado às Forças Armadas vem se agravando desde os últimos governos militares. Com a chegada da democracia, os membros das Forças Armadas também começaram a vislumbrar oportunidades de mudança, pois acreditavam que poderiam pressionar o Executivo e o Legislativo, haja vista que durante o regime autoritário essa possibilidade era limitada devido às complexas relações entre os militares como instituição e os militares como governo (Oliveira; Soares, 2000, p. 104).

No governo Collor (1990), do ponto de vista militar, é possível perceber uma preocupação em dissociar as Forças Armadas do estigma ligado ao sistema de informações. Nesse contexto, os órgãos de informação militar foram renomeados como serviços de inteligência e, formalmente, todos eles tiveram suas designações alteradas. O CISA, anteriormente conhecido como Centro de Informações da Aeronáutica, passou a ser denominado Sesint, Secretaria de Inteligência da Aeronáutica, em janeiro de 1991. Em janeiro de 1992, o CENIMAR, que era o Centro de Informações da Marinha, foi transformado em CIM, Centro de Inteligência da Marinha. Em dezembro de 1992, o CIE, anteriormente Centro de Informações do Exército, foi rebatizado como Centro de Inteligência do Exército. Nessa direção, essas mudanças nos termos e siglas têm uma importância simbólica relevante, pois, ao substituir o termo informação por inteligência, busca-se desassociar as Forças Armadas de atividades anteriormente relacionadas à espionagem, repressão, abuso de poder e impunidade. Isso se deve ao fato de que durante a ditadura militar, tanto os militares quanto o sistema de informações, liderado pelos próprios militares, estavam estreitamente ligados. Também houve a extinção do Serviço Nacional de Informações (SNI), em 1991, a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) foi o órgão que o substituiu, sendo integrada por duas seções: inteligência e estratégia. Em 1995, já no governo Fernando Henrique, a primeira atividade, a de inteligência, foi transferida para uma nova instituição, a Agência Brasileira de Informações (ABI) (D'Araujo, 2000, p.11).

Ressalta-se, ademais, que os governos de transição foram caracterizados por forte inflação e crises econômicas, fato que conseqüentemente afetou também os salários e os orçamentos dos militares. Nessa conjuntura, a participação dos militares no cenário político se

restringia, principalmente, à tentativa de recuperar perdas salariais. Com isso, o envolvimento político das Forças Armadas ficou limitado à sua própria subsistência física (D'Araujo, 2000, p.10).

O mandato de FHC (1995), começa sob a influência do Plano Real e com pouca ênfase nas questões militares. A implementação do MD, um dos pontos de sua plataforma eleitoral, só foi abordada no último ano de sua gestão e foi decidida por meio de Medida Provisória, em dezembro de 1998, poucos dias antes de iniciar seu segundo mandato. Segundo Maria Celina D'Araújo, “a demora quanto a uma decisão acerca desse Ministério nada tem a ver com tensões nas relações entre civis e militares mas sim a tensões entre os próprios militares”(D'Araujo, 2000, p.13). Ora, o EB encarava com certa serenidade a criação da nova pasta, pois a sua predominância estava garantida devido ao seu tamanho. Entretanto, a MB, por outro lado, foi a força que mais se opôs à formação do Ministério, pois temia que a criação do Ministério da Defesa representasse uma oportunidade para o Exército aumentar sua influência sobre as Forças Armadas. Com efeito, para a maioria dos oficiais da Marinha, a nova pasta seria uma maneira de ampliar o domínio do Exército sobre os outros ramos, enquanto eles buscavam mais autonomia e identidade. Por sua vez, a Aeronáutica, em grande parte contrária à nova instituição, preferiu permanecer em silêncio enquanto o debate se desenrolava entre o EB e a MB (D'Araujo, 2000, p.13).

A controvérsia em torno da criação do MD revela uma faceta importante que geralmente é subestimada nos estudos sobre os militares. Geralmente, militares são vistos como um grupo homogêneo, que pensa de forma uniforme, e pouco se dá atenção às divisões internas que os atravessam horizontal e/ou verticalmente. Durante a ditadura, além da divisão entre os militares mais radicais e moderados, que não chegou a comprometer o regime, havia também divergências entre as três forças. Contudo, a supremacia militar do Exército era incontestável e persistiu por muito tempo dentro das Forças Armadas, fato que inevitavelmente gerou rivalidade e desconfianças entre elas. Por fim, com o avanço do processo de consolidação democrática, essas divergências internas puderam ser mais claramente expressas, e a demanda do governo pela criação do MD deu espaço para isso (D'Araujo, 2000, p.14).

Observa-se que as particularidades históricas do sistema político brasileiro trazem uma nova perspectiva ao conceito de profissionalismo militar. Enquanto Huntington

argumenta que o profissionalismo surge da divisão entre meios (aspectos militares) e fins (questões políticas) e Janowitz estabelece o paralelismo entre a sociedade, os militares e a segurança e defesa de um Estado-Nação, o profissionalismo militar, no Brasil, especialmente durante a consolidação democrática, era caracterizado por uma visão mais abrangente, incluindo uma percepção de que tutelavam o processo de consolidação e solidificação da democracia no País.

Por fim, não apenas a dimensão externa do país contribui para o profissionalismo, mas também a percepção persistente e histórica dos militares e de outros atores políticos de que é responsabilidade das forças armadas intervir em questões internas, legitimando a interconexão entre os aspectos militares e políticos. Nesse contexto, a guerra, entendida como os conflitos e crises do sistema político brasileiro, não apresenta uma distinção clara entre as responsabilidades militares e políticas. Portanto, o controle civil objetivo durante a transição democrática ainda estava em desenvolvimento, culminando na criação do MD em 1999, fato que, aparentemente, viria a ser a consolidação do poder civil sobre os militares, consubstanciando o controle civil objetivo no Brasil. Porém, a participação dos militares na política no Brasil ainda está em pauta na cultura política brasileira e será analisada mais precisamente em outro capítulo.

2 BREVE HISTÓRICO DAS INTERVENÇÕES POLÍTICAS DAS FORÇAS ARMADAS DURANTE A REPÚBLICA

A ideia de intervenção militar no Brasil traz à tona tanto memórias de eventos passados quanto interpretações atuais. Nessa perspectiva, ela une acontecimentos que podem ter sido diferentes, mas que carregam significados comuns no senso popular e na cultura política. Um dos principais aspectos dessa visão é a crença na superioridade moral dos militares sobre os civis, o que lhes daria o papel de "salvadores" ou responsáveis por corrigir uma determinada ordem (Aliaga, 2024, p. 225).

A interpretação do intervencionismo militar no Brasil não pode se limitar a ideias ou ações eventuais, passageiras ou, ainda, a uma mera idiosincrasia de indivíduos isolados. Ao contrário, segundo nossa hipótese, ela foi assimilada no interior de um conjunto heterogêneo de ideias reacionárias na medida em que se consolidou institucionalmente por meio da intervenção que encerrou a Primeira República. Desse modo, como um dado do militarismo, a legitimação da intervenção militar nos discursos e nas ações é marca constitutiva não apenas do acervo de experiências históricas das forças armadas, em especial do Exército brasileiro, mas também compõe o arcabouço heterogêneo do senso comum civil, isto é, integra a cultura política e, como tal, se manifesta ainda no presente (Aliaga, 2024, p.225).

Para uma melhor compreensão da atuação dos militares no campo da política, este capítulo abordará alguns aspectos da cultura organizacional da caserna, suas peculiaridades e aspectos internos da instituição militar na história brasileira.

Outro fator que será abordado será a análise da participação direta na política dos militares no Brasil, que se observa praticamente em todos os fatos históricos da formação do Estado brasileiro. Nesse sentido, será apresentado, de forma mais superficial, o histórico da participação dos militares nos principais eventos políticos a partir do Golpe da República de 1889 até a queda da democracia em 1964.

2.1 Fatores determinantes para a atuação das Forças Armadas na política

O nascimento da República brasileira está intrinsecamente ligada às Forças Armadas, “A trajetória das intervenções militares no Brasil coincide com a própria

constituição da República e com a formação do Exército como força nacional organizada” (Aliaga, 2024, p. 226). Em que pese sua proclamação ter sido uma das transições de regime mais pacíficas já registradas, essa foi executada pelos militares, conferindo um peso significativo ao papel das Forças Armadas na política nacional. Desde então, sua influência sobre a política, especialmente partidária e institucional, intensificou-se ao longo do período republicano.

Para José Murilo de Carvalho, transformações substanciais ocorreram nas Forças Armadas, refletindo suas intervenções políticas. Nessa direção, os elementos cruciais para se entender essas mudanças incluem o processo de recrutamento, o treinamento dos oficiais, a estrutura interna, a distribuição geográfica das tropas e a ideologia organizacional (Carvalho, 2005, p. 30-31).

Carvalho aborda o processo de recrutamento como o método de ingresso na instituição militar e sua influência na composição social dos membros. No Brasil, para o autor, adotou-se o modelo clássico do exército europeu, caracterizado pelo recrutamento das praças entre as classes mais populares e dos oficiais entre a elite. Esse modelo mais rudimentar, que remonta às origens dos exércitos, antes mesmo do surgimento do exército de profissionais, foi incorporado pelo EB (Carvalho, 2005, p. 19). Naquela época, essa configuração resultou em um enorme hiato entre oficiais e praças, provenientes de estratos sociais distintos e com interesses divergentes quanto às condições de trabalho e expectativas de vida. Essa separação incluía disparidades salariais significativas e condições de trabalho distintas entre a base das Forças Armadas e o alto oficialato.

Inicialmente, os oficiais do EB eram oriundos da nobreza (tanto portugueses, devido à transferência da corte em 1808, quanto brasileiros) e de famílias militares. Com o tempo, o baixo prestígio da instituição fez com que a elite civil evitasse essa carreira, preferindo a Guarda Nacional e outras atribuições, resultando no recrutamento de oficiais principalmente das classes médias e de filhos de militares (Carvalho, 2005, p. 20).

Na MB, a situação diferia um pouco, não na disparidade entre oficiais e praças, mas no caráter mais elitizado de seu oficialato, devido à maior transferência de oficiais portugueses para a Marinha. Durante todo o Império, essa tendência se manteve, atraindo até mesmo filhos da elite civil, conforme Carvalho:

Durante o período imperial, a Marinha manteve um padrão de recrutamento mais alto do que o do Exército. Podemos encontrar almirantes filhos de importantes políticos, como o barão de Jaceguai, de famílias nobres, como Saldanha da Gama, e filhos de oficiais, principalmente da própria Marinha. No depoimento de um oficial dessa força, "a oficialidade da marinha sempre foi, ao menos uma parte, das mais escolhidas da alta sociedade do Brasil" (Carvalho, 2005, p.19).

De acordo com Júlia Almeida, o recrutamento das praças inicialmente baseava-se no voluntariado e, em casos de insuficiência, recorria ao recrutamento forçado com períodos de serviço de 6 a 9 anos. A autora destaca que esse sistema provocou numerosas revoltas populares e diversas tentativas de democratizar o ingresso no EB. Nesse cenário, a defesa do alistamento universal e do sorteio começou a ganhar força com a nova legislação de 1874. No entanto, a aplicação prática dessa legislação foi comprometida por várias exceções e pelos controles locais. Somente após a Revolução de 1930, profundas mudanças permitiram a implementação efetiva do sorteio universal. (Almeida, 2023, p. 42).

Por essa razão, a autora apresenta que o perfil social das praças era majoritariamente oriundo das classes mais populares, com um significativo efetivo de negros, especialmente na Marinha, onde se estimava que, em 1911, 50% das praças eram negros. Essa dinâmica, outrossim, gerou várias revoltas, principalmente, durante a Primeira República, lideradas pelos estamentos mais baixos das Forças Armadas, como os tenentes, mas também por sargentos, que reivindicavam, de uma maneira geral, melhores condições de trabalho (Almeida, 2023, p. 42).

Já no ano de 1908, foi introduzida uma nova legislação sobre o sorteio militar e a instrução militar obrigatória em colégios secundários, embora essa medida não tenha sido implementada com sucesso. Contudo, com a luta dos chamados "jovens turcos" - "jovens oficiais que tinham estagiado no Exército alemão entre 1906 e 1912, referência irônica aos jovens reformadores militares de Mustafá Kemal" (Carvalho, 2005, p. 23)-, e o apoio de Olavo Bilac, foi fundada a Liga de Defesa Nacional em 1916. Nesse mesmo ano, ocorreu o primeiro sorteio e a apresentação da carteira de reservista passou a ser obrigatória para os candidatos a cargos públicos. A confederação do Tiro de Guerra foi reformulada para acolher os alistados que não foram incorporados. Além disso, houve uma expansão do ensino nas instituições de ensino superior (Almeida, 2023, p. 43).

Carvalho, ademais, aponta que, sobre a formação intelectual dos militares, houve diversos períodos distintos. Nesse sentido, a Escola Militar, especialmente sob a influência do positivismo após a entrada de Benjamin Constant como professor em 1872, tornou-se mais um centro de estudos de matemática, filosofia e letras, do que um local focado em questões militares. De fato, isso causou uma distorção, pois a escola passou a ser usada como uma ferramenta para o acesso das camadas populares à educação. Ressalta-se que, embora a Escola Naval também tivesse um excesso dessas disciplinas e pouco estudo militar, ela não foi influenciada pelo positivismo. Tal situação mudou com a criação da Escola de Realengo em 1911, que passou a oferecer disciplinas militares propriamente ditas, substituindo o positivismo pela "catolicização dos oficiais", um movimento liderado por Juarez Távora. (Carvalho, 2005, p. 25).

A Missão Francesa de 1920 teve como objetivo aprimorar a formação do Exército Brasileiro, marcando um período de fortalecimento da instituição como corporação nacional. Nessa perspectiva, o treinamento foi direcionado principalmente aos oficiais e o Estado-Maior, que, após essas instruções, reconheceram a necessidade de desenvolver planos de defesa nacional e estabelecer mecanismos para assegurar a hierarquia e a disciplina internas. Assim, a ideia de defesa foi expandida para incluir tanto a proteção contra ameaças externas quanto a resolução de conflitos internos. Consequentemente, foram criados o Regulamento Disciplinar do Exército (RDE) e o Regulamento para Instrução e Serviços Gerais (RISG) em 1920. Em 1927, nessa direção, foi estabelecido o Conselho de Defesa Nacional. (Carvalho, 2005, p. 28)

Do ponto de vista estrutural, José Murilo de Carvalho destaca o orçamento, o efetivo, a quantidade de oficiais e a distribuição geográfica das forças armadas. Com a Proclamação da República, houve um aumento substancial no efetivo das Forças Armadas. Com isso, em um período de 40 anos, o número de soldados do Exército quase triplicou. Em contraste, a Marinha apresentou um crescimento mais lento, resultando em uma perda de influência política em comparação com o EB. Esta disparidade no crescimento do efetivo e dos salários entre o EB e a MB desde a República, frequentemente dificultou a atuação conjunta entre as duas forças. (Carvalho, 2005, p. 30-31).

O crescimento da Marinha foi mais lento. A própria natureza da arma exigia menores efetivos e os acontecimentos políticos que favoreceram o aumento do Exército nem sempre tiveram a mesma consequência para a Marinha. A revolta de 1893 atingiu severamente a força. Seu efetivo real em 1900 era de 2.297, a metade do previsto (Carvalho, 2005, p.31).

Quanto ao efetivo de oficiais, continua Carvalho, o EB passou de uma estrutura piramidal em 1920, onde havia uma base ampla de oficiais superiores, para uma estrutura losangular em 1972. Nessa nova configuração, a base de tenentes se reduziu drasticamente, ficando quase equivalente ao número de coronéis, enquanto os níveis intermediários, especialmente capitães e majores, aumentaram significativamente. Fato é que, considerando o papel político do tenentismo nas principais revoltas do Exército em prol de reformas organizacionais, houve uma política deliberada de redução dessa patente. Portanto, desde o Estado Novo, com Góes Monteiro, ocorreram expurgos significativos. (Carvalho, 2005, p. 30).

O autor apresenta também a questão da localização estratégica das guarnições do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, pois desempenhava um papel crucial na dinâmica política e militar do Brasil. Nessa conjuntura, essas duas guarnições concentravam quase metade do efetivo total do EB, fazendo com que elas fossem peças-chave em qualquer movimento de natureza golpista ou militar.

No Rio de Janeiro, a situação era particularmente delicada devido à presença significativa da Marinha, pois possuía a maior parte de seu efetivo na região. A MB servia como um contrapeso ao poder do EB, adicionando uma camada extra de complexidade a qualquer tentativa de golpe de Estado. Isso significava que qualquer movimento militar ou tentativa de golpe precisava considerar a posição e a influência tanto do Exército quanto da Marinha no Rio de Janeiro. Além disso, no caso do Rio Grande do Sul, a sua importância estava na força considerável do EB na região, tornando-o um ponto de apoio estratégico para qualquer operação militar de grande escala. Dessa forma, a participação das guarnições do Rio de Janeiro ou do Rio Grande do Sul era quase uma condicionante para o sucesso de golpes de Estado ou movimentos militares significativos no Brasil, conforme Carvalho:

Somente o Rio Grande do Sul tinha condições de opor efetiva resistência militar à guarnição da capital. A República se fez sem luta porque a tropa rio-grandense, trabalhada pela Questão Militar e pelos republicanos gaúchos, não se opôs ao movimento. E a Revolução de 1930, como quase todos os

movimentos militares de âmbito nacional até 1964, caracterizou-se por choques, reais ou previstos, entre tropas que vinham do Rio Grande do Sul e tropas que iam do Rio de Janeiro (Carvalho, 2005, p.33).

Para Carvalho, do ponto de vista ideológico, algumas "ideologias de intervenção", ao longo da história do Exército, forneceram suporte e formulação tanto para uma determinada perspectiva de organização interna, quanto para uma certa concepção sobre defesa e o papel político da instituição. Certamente, a questão ideológica não explicará sozinha as intervenções ao longo da história da República, mas os fatores internos já analisados, influenciaram essa dinâmica e, ao mesmo tempo, fatores externos à organização e, até mesmo ao país, foram muitas vezes decisivos. No entanto, essa observação é importante para evidenciar que não apenas os fatores ideológicos da formação do Exército, por si só, são capazes de explicar os acontecimentos históricos. Além disso, a aliança de interesses da corporação com outros interesses civis e empresariais, foi crucial em diversos momentos da história para justificar certas intervenções políticas (Carvalho, 2005, p. 38).

Houve, basicamente, três ideologias principais: a do soldado-cidadão (ou intervenção reformista), a do soldado profissional (ou não intervenção) e a do soldado-corporação (ou intervenção moderadora). Além dessas, existiam também o integralismo e o comunismo (e a teoria do exército do povo), que, no entanto, não se restringiam ao papel específico do exército na política, mas abrangiam uma visão ideológica mais ampla e complexa. Nesse sentido, importa para análise nesse capítulo apenas as três principais. (Carvalho, 2005, p. 39).

A teoria do soldado-cidadão foi a primeira ideologia intervencionista, segundo Carvalho, emergindo no contexto das tensões da Proclamação da República. Nesse cenário, esta teoria foi promovida por jornalistas civis com o objetivo de incitar os militares a intervir na política e ajudar na queda do governo imperial. Houve manifesto dirigido ao Parlamento e à Nação subscrito por Deodoro e Pelotas (mas redigido por Rui Barbosa) que cunhou o termo dentro da perspectiva de que “cidadãos fardados, aos quais não se podia negar o direito de participar da vida política do país”, formulação que possuía uma ambivalência de “assumir a cidadania plena sem deixar de ser militar ou, nas formulações mais radicais, exatamente por ser militar” (Carvalho, 2005, p. 38).

A idéia do soldado-cidadão servia de instrumento de afirmação militar e, ao mesmo tempo, refletia o sentimento de marginalidade e o ressentimento dos oficiais em relação à sociedade civil, sobretudo à elite política. Implicava a suposição de que o soldado, por ser militar, era um cidadão de segunda classe e que devia assumir a cidadania plena sem deixar de ser militar ou, nas formulações mais radicais, exatamente por ser militar. Sua polissemia a tornava aceitável tanto para os bacharéis fardados como para os tarimbeiros. (Carvalho, 2005, p. 39)

O movimento Tenentista de 1922, continua José Murilo de Carvalho, recuperou a ideia do soldado-cidadão, defendendo a necessidade da implementação do sorteio militar. Nesse contexto e com a Revolução de 1930, além do papel significativo desempenhado pelos militares, essa perspectiva acentuou o problema já existente de enfraquecimento da organização, uma vez que subvertia a hierarquia e tornava incerto o papel da corporação na sociedade. De fato, tais questões rivalizavam com a visão, já existente, do soldado-profissional e “preocupava-se com a profissionalização militar e via como pré-requisito dessa profissionalização o afastamento dos militares da política e dos cargos públicos” (Carvalho, 2005, p. 39). Nesse diapasão, defendia-se uma certa neutralidade da instituição militar como uma forma de garantir uma corporação na qual a disciplina, a hierarquia e as missões de defesa fossem mantidas. Influenciada pelo exército alemão e pela Missão Francesa de 1920, essa perspectiva visava a criação de um exército mais organizado, em conformidade com um modelo europeu (Carvalho, 2005, p. 39-40).

Finalmente, a força adquirida pelo EB abriu a possibilidade de novas doutrinas para a intervenção dos militares na política, principalmente concepção do soldado-corporação. Desenvolvida no centro de formulação política da concepção do soldado profissional, essa nova abordagem se opõe à visão da neutralidade dos militares na política, por um lado, e à natureza da intervenção, por outro. Conforme Carvalho:

Tal posição divergia da ideologia do soldado profissional por admitir abertamente a intervenção na política, embora com ela concordasse quanto à necessidade de preparação profissional do Exército. Estava de acordo com a ideologia do soldado-cidadão quanto à legitimidade da intervenção militar na política, mas dela discordava quanto à natureza da intervenção. Os tenentes pregavam uma intervenção reformista, a ser feita pelo militar independente da organização, ou mesmo contra ela (Carvalho, 2005, p. 41).

A ideologia do poder moderador das Forças Armadas teve aqui sua primeira formulação sistemática. Nesse sentido, era uma fusão do intervencionismo tenentista com as mudanças estruturais na organização militar promovidas pelos reformadores. Em outras palavras, era o intervencionismo dos generais, ou do Estado-Maior, o intervencionismo da estrutura organizacional como um todo e não apenas de alguns de seus integrantes. Portanto, a nova concepção só se tornou possível graças às alterações organizacionais: “a nacionalização do exército, efetivada pelo alistamento universal e sorteio, o aumento do contingente, o desenvolvimento do Estado-Maior e a formação de oficiais do Estado-Maior” (Carvalho, 2005, p. 42).

É essencial entendermos o histórico e as ideologias que influenciaram as Forças Armadas em suas intervenções políticas, considerando a dinâmica entre as questões internas da corporação e as questões gerais da sociedade. Nesse contexto, a disciplina, a hierarquia, a pressão sobre a cidadania, as condições estruturais, a formação da Escola Militar e os grupos internos emergentes são fatores cruciais. Compreender, portanto, as crises e o envolvimento dos militares nas ações de Estado exige uma análise desses fatores internos (estruturais e ideológicos), cuja influência persiste até hoje e pode ser ativada por elementos externos.

2.2 Principais intervenções políticas das Forças Armadas na República

A Proclamação da República foi o primeiro grande movimento de participação dos militares na política. Nessa conjuntura, é notável que a formação da república brasileira tenha ocorrido sob a liderança das Forças Armadas, em uma posição de destaque e sem grandes conflitos armados. Nossa República sempre esteve sob a “tutela” das Forças Armadas (Almeida, 2023, p. 51).

Ademais, a natureza da Proclamação da República pode ser considerada tenentista, segundo Carvalho, visto que o Pacto de Sangue, firmado em 11 de novembro por oficiais do 1º e 9º Regimento de Cavalaria e do 2º de Artilharia, previa uma revolta para assegurar a Proclamação. Nessa direção, este pacto incluía 9 capitães e 28 tenentes e alferes. Além desses regimentos, a participação de Deodoro da Fonseca e Benjamin Constant em 15

de novembro foi determinante. Em que pese terem contribuído na elaboração do movimento, eles foram convocados apenas depois que as tropas estavam prontas. A aliança, portanto, entre os bacharéis de influência positivista e os militares de carreira conseguiu mobilizar a corporação. Mesmo com as divergências, o espírito de corpo prevaleceu (Carvalho, 2005, p. 44).

De fato, instigadas por intelectuais influentes da elite civil, especialmente paulistas, as Forças Armadas acabaram tomando partido. Esse movimento envolveu principalmente os oficiais de baixa patente, embora a liderança de Deodoro também fosse significativa, considerando as demandas internas da organização (Almeida, 2023, p. 51).

Segundo Carvalho, após a Proclamação da República e a posse de Deodoro como presidente, surgiram conflitos internos importantes dentro do EB e entre este e a Armada. Rebeliões de praças ocorreram em 1881 e 1892, marcadas por forte oposição a Deodoro e ao "florianismo" (Carvalho, 2005, p. 61).

Em 1891, a Revolta da Esquadra, liderada pelo Almirante Custódio de Mello da MB, explodiu exigindo a reabertura do Congresso, fechado por Deodoro. Devido a esse conflito, Deodoro renunciou em 23 de novembro, sendo substituído por seu vice, Marechal Floriano Peixoto. No entanto, Floriano assumiu o governo sem convocar novas eleições, como determinava a Constituição de 1891. Nessa conjuntura, ele introduziu elementos que ficaram conhecidos como "Florianismo", descrito como o primeiro movimento político espontâneo da República. Tal movimento se centrava em uma liderança capaz de mobilizar setores significativos das camadas médias urbanas e da população em geral, oferecendo uma proposta igualitária para o novo regime, que, no entanto, só poderia ser implementada pelo autoritarismo militarizado do marechal (Almeida, 2023, p. 52).

Em 1893, eclode a 2ª Revolta da Armada, liderada pela Força Naval, que se sentia negligenciada quanto aos benefícios da República. No mesmo período, Floriano enfrentava a Revolução Federalista do Sul (1893-1895), fato que o levou a governar sob estado de sítio. Nesse contexto, ele recebeu o apelido de Marechal de Ferro e acabou sendo forçado a convocar novas eleições em 1894, quando Prudente de Moraes, do Partido Republicano Paulista, assumiu a presidência. Assim, foi inaugurado o primeiro governo civil da república brasileira (Almeida, 2023, p. 52).

Apenas mais tarde, durante a República Velha, outro militar assumiu a Presidência da República: Hermes da Fonseca (1910-1914). Apesar de sua origem militar, Hermes foi eleito por meio de eleições democráticas, em virtude de uma significativa aliança entre os estados de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul. Além disso, ele estava alinhado com o caudilhismo da época e criticava a intervenção militar na política. Segundo Carvalho:

As ambiguidades do hermismo mostravam que as elites políticas que controlavam o sistema republicano já tinham perdido parte da desconfiança em relação ao Exército e já o aceitavam como parceiro político, embora apenas como solução precária para impasses[...]Hermes representava no momento o militar profissional, empenhado na modernização e em seu afastamento das atividades políticas[...]mostraram também que a aproximação entre militares e políticos republicanos era prematura[...]A campanha civilista exacerbou as apenas adormecidas prevenções de civis contra militares[...]As 'salvações' revelaram a persistente falta de coesão hierárquica do Exército. (Carvalho, 2005 p. 47).

O Segundo Tenentismo, outrossim, pode ser delineado a partir de 1921, quando surgiu uma nova tensão militar devido a um conflito envolvendo cartas falsificadas do então presidente Arthur Bernardes. A moral do EB foi novamente questionada, e sob a liderança de Hermes, várias guarnições, predominantemente compostas por tenentes, se revoltaram em 1922. Com pouca adesão das outras tropas, o movimento não prosperou e foi duramente reprimido. (Almeida, 2023, p. 53-54).

Finalmente, em 1930, a deposição de Washington Luís foi realizada pelos militares em aliança com a oligarquia do Rio Grande do Sul, alçando Getúlio Vargas ao poder. Tal movimento foi chamado de "pacificador" e representou a primeira organização conjunta do alto oficialato do Exército e da Marinha, com planejamento e execução unificados. Nessa perspectiva, o objetivo era resolver a disputa entre legalistas e revolucionários, convocando novas eleições. Outrossim, esse período marcou uma atuação mais independente do Exército no cenário político e participação no governo de Vargas, especialmente a proeminência de Góes Monteiro, foi muito significativa para a organização que se formaria, criando as condições para o movimento que culminaria no Golpe de 1964 (Almeida, 2023, p.54).

Júlia Almeida destaca que diversas revoltas ocorreram no período, envolvendo praças e oficiais. No entanto, todas foram severamente reprimidas, resultando em numerosas penalidades e expurgos do Exército, que entre 1930 e 1934 registrou 51 incidentes

envolvendo militares. A Revolução Constitucionalista de 1932 também contribuiu para expressar várias mudanças no Exército (Almeida, 2023, p. 54).

Com o advento da guerra paulista, Carvalho aponta que o governo conseguiu renovar praticamente toda a cúpula militar até o final de 1933. Nessa situação, havia aproximadamente 15 generais de divisão e 25 generais de brigada. Nesse quadro, entre 1930 e 1933, por diversas razões, foram excluídos 14 generais de divisão e 18 generais de brigada. No mesmo período, foram nomeados dez novos generais de divisão e 26 novos generais de brigada. Desses 26, dez foram promovidos em 1931 e outros dez em 1932, logo após a Revolução Constitucionalista. Assim, em 1935, todos os generais de brigada já haviam sido promovidos pelo governo revolucionário (Carvalho, 2005, p. 81).

Ressalta-se que quando as Forças Armadas se envolvem na política, a política também penetra nas Forças Armadas. Nesse contexto, duas orientações políticas completamente opostas influenciaram membros importantes das Forças Armadas, contribuindo para uma nova onda de expurgos e radicalização tanto interna quanto externamente.

Primeiramente, as revoltas dos quartéis em 1935, lideradas por Luís Carlos Prestes e inspiradas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e pela Aliança Nacional Libertadora (ALN), lutavam por melhores condições de trabalho. A maioria dos participantes foi presa, exilada ou expulsa do Exército (Almeida, 2023, p. 55).

Essas revoltas, de acordo com Almeida, levaram à Emenda Constitucional nº 2 de 1935, que permitia a cassação por decreto da patente dos oficiais envolvidos em atividades subversivas. Embora a Constituição de 1937 tenha revogado essa medida, ela proibiu o voto de militares da ativa, numa tentativa de reduzir a politização da corporação. Nesse mesmo ano, foi promulgada a Lei de Segurança Nacional (LSN) (Almeida, 2023, p. 55).

Outro movimento significativo, destaca Carvalho, foi a Ação Integralista Brasileira (AIB), que representava uma orientação fascista e ultranacionalista, contando com o apoio da ala mais radical de direita do EB. Nesse ambiente, esse movimento foi fechado em 1937, logo após a decretação do Estado Novo. Em que pese suas posições ideológicas serem próximas da alta cúpula militar, a filiação a movimentos externos às Forças Armadas não era

permitida, pois isso poderia abalar a lealdade dentro das Forças Armadas, mobilizando setores massivos além do Exército (Carvalho, 2005, p. 85).

O Golpe do Estado Novo em 1937, em particular, facilitou as bases para a conclusão das reformas internas no Exército, enquanto também conseguiu estabelecer os alicerces de um projeto político nacional liderado pelos militares. Afirma Carvalho:

Na parte referente à organização especificamente, a política se traduziu num grande esforço de renovação e aperfeiçoamento profissional. A prestação de contas de Dutra de 1940 é eloqüente quanto a esse ponto: foram reformuladas todas as leis básicas do Exército, foram construídas escolas e quartéis, foram organizados vários corpos, impulsionou-se o plano de reequipamento e armamento graças a compras no exterior e ao incentivo à indústria bélica nacional (Carvalho, 2005, p. 93).

Além disso, houve diversas medidas para controlar o avanço das posições ideológicas no interior da Força Terrestre, incluindo a exigência de formação nos centros de treinamento militar, especialmente no que se refere ao ingresso na Escola Militar, com candidatos provenientes do Colégio Militar e de cursos preparatórios, entre outros. Também, nesse contexto, buscou-se viabilizar a precedência familiar dos candidatos. A ideia era promover a hegemonia ideológica entre os aspirantes (Almeida, 2023, p. 56).

Carvalho afirma que os expurgos tanto de generais, quanto de praças foram significativos no período. Nesse momento, um decreto de Dutra licenciava os sargentos que não tivessem mais de 10 anos de serviço em 1930 - conforme o aviso de 31 de maio de 1937, mantido posteriormente pela Lei do Serviço Militar de 1939 (Carvalho, 2005, p. 109).

O EB ainda não tinha unidade suficiente para que a presidência fosse disputada entre os generais, o que resultou na manutenção de Vargas, apesar das diversas tentativas de golpes militares no período. Em documento de 1934, percebe-se que, para Góis Monteiro aceitar o cargo de Ministro da Guerra de Getúlio Vargas, ele estabeleceu a base política ideológica nacionalista do projeto das Forças Armadas, que ficou conhecido como o projeto de intervencionismo controlador, pontua Carvalho:

ampla interferência estatal em todos os setores, ênfase na defesa de segurança interna; preocupação com a eliminação do conflito social e político em torno da ideia nacional; industrialismo nacionalista; e a liderança das Forças Armadas, sobretudo o Exército, na condução das mudanças, a partir de uma posição hegemônica dentro do Estado. (CARVALHO, 2005, p. 96)

O projeto, denominado intervencionismo tutelar, caracteriza-se por três aspectos principais: uma visão do Estado como preponderante na vida política, a necessidade de formulação e implementação de uma política nacional pelo Estado e a necessidade de elites bem treinadas e capazes de dirigir o Estado. Nessa perspectiva, Góis Monteiro argumentava que o sistema político baseado no liberalismo era inadequado, assim como as elites dirigentes, que ele acusava de serem incapazes, divididas, egoístas e sem visão nacional. Nesse contexto, ele destacava as Forças Armadas como a elite capaz, organizada e com visão nacional (Almeida, 2023, p. 58).

Esse projeto se desenvolveria em aliança com a burguesia nacional, especialmente a industrial, e também serviria de orientação para a intervenção de 1964. Após o Estado Novo, e já nos seus últimos anos, começou a surgir um distanciamento significativo entre Vargas e as Forças Armadas, devido ao projeto de Vargas de se aproximar das bases populares e dos sindicatos, inclusive com a criação da CLT em 1942. Esse movimento contrastava com a ideologia e o projeto dos militares, que viam no trabalhismo e no “perigo comunista” uma ameaça, além do receio da influência populista de Perón. Ademais, os militares eram extremamente influenciados pela afinidade construída com os EUA durante a Guerra e o alinhamento subsequente, o que gerava tensões com Vargas para viabilizar esse projeto (Almeida, 2023, p. 58).

A cisão culminou com a deposição de Vargas em outubro de 1945, durante o processo eleitoral. Essa deposição foi o primeiro golpe planejado e executado pelos três Estados Maiores, evidenciando a imbricação do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA). Houve unidade dentro da corporação, e as vozes dissonantes não tiveram peso para se opor. Por isso, não foram necessários tantos expurgos como nos anos anteriores. Esse fenômeno levou Dutra a assumir a presidência por meio de eleições, logo após a substituição do governo provisório, permanecendo no cargo até 1950 (Carvalho, 2005, p. 113).

Em 1950, Vargas foi eleito novamente pela via eleitoral, contando com o apoio de alguns generais do Exército, que chegaram a presidir uma gestão do Clube Militar. No entanto, havia uma unidade de outros grupos dentro do Exército, que haviam derrubado Getúlio em 1945, agora organizados no movimento denominado Cruzada Democrática. Em 1952, Vargas foi obrigado a exonerar dois de seus generais e seus partidários perderam a presidência do Clube Militar (Almeida, 2023, p. 59).

Em 1953, uma aliança começou a se formar entre militares e a União Democrática Nacional (UDN) para viabilizar um golpe. Em 1954, o manifesto redigido por Golbery de Couto e Silva, conhecido como "Memorial dos Coronéis", destacou problemas nas condições do Exército, seu orçamento e desunião, entre outros. Em agosto do mesmo ano, ocorreu o assassinato do major da Aeronáutica, Rubens Vaz, enquanto protegia Carlos Lacerda (UDN), levantando suspeitas e investigações sobre o possível envolvimento da guarda pessoal de Vargas (Almeida, 2023, p. 60).

Devido a essas tensões, após um ultimato da UDN, através do presidente da Câmara Federal, e de generais, brigadeiros e almirantes, Getúlio se suicidou em 24 de agosto de 1954. Com a morte de Getúlio, seus partidários apoiaram Juscelino Kubitschek para a presidência e criaram o Movimento Militar Constitucionalista para defender seu mandato. Um golpe preventivo liderado por Henrique Lott e Odílio Denys, dois generais, depôs o presidente em exercício e garantiu a posse de Juscelino, que contava com amplo apoio popular. Essa ação, ocorrida em 11 de novembro de 1955, dividiu internamente o EB e cindiu a MB e a FAB (Almeida, 2023, pp. 59-60).

Segundo a Comissão Nacional da Verdade (CNV), a politização das Forças Armadas, no período, caracteriza-se da seguinte forma:

As Forças Armadas, que, em 1945, haviam tornado possível o estabelecimento de um regime constitucional democrático, mediante a deposição de Vargas, viam-se cada vez mais envolvidas nas disputas políticas, no que, aliás, pareciam retomar uma prática inaugurada com a proclamação da República. Instituições como o Clube Militar tornar-se-iam palco de conflitos políticos, à medida que os grandes temas ideológicos da década iam adquirindo forma, notadamente as questões do nacionalismo econômico e das relações com os Estados Unidos, em um contexto no qual o anticomunismo apareceria como um elemento fundamental da aliança. De maneira geral, a politização da corporação militar, para além das divisões em frações ideológicas e partidárias, indicava uma posição de relativa autonomia institucional, com as Forças Armadas se impondo aos demais atores da política nacional como uma interlocutora do poder Executivo (monitorava crítica de seus atos e grupos de pressão ou de apoio), e não como parte subordinada desse poder. Reforçava-se um desequilíbrio institucional, foco de tensões, que seria uma característica fundamental da Realpolitik da década de 1950 e que viria a ter desdobramentos nos diversos movimentos insurgentes iniciados por oficiais militares, culminando com o golpe de 1964. (Rel. Comissão Nacional da Verdade, Vol. I, Parte II, p. 88).

Com a posse de João Goulart em 1961, a disputa interna nas Forças Armadas reacendeu, levando o EB a impor o parlamentarismo como condição para que Goulart, visto

como herdeiro de Vargas, pudesse assumir a presidência. Do ponto de vista do Exército, os sargentos eram o grupo político que sustentava o governo e reativaram antigas reivindicações por melhores condições de trabalho, incluindo direitos políticos como o de se candidatar. Nessa conjuntura, o movimento dos praças gerava receio em toda a oficialidade das Forças Armadas, inclusive nos escalões intermediários. Outrossim, estopim foi a anistia aos praças que participaram de um motim, envolvendo mais de 3600 marinheiros que se entrincheiraram no sindicato dos metalúrgicos no Rio de Janeiro, além da substituição do Ministro da Marinha (Almeida, 2023, p. 61).

Para a autora, o posterior comparecimento de Goulart na posse da diretoria da Associação dos Sargentos, na Cinelândia, onde fez um discurso inflamado, foi a gota d'água para as Forças Armadas. Ressalta-se, nesse cenário, que uma semana antes ocorreu o episódio da Central do Brasil, o Comício pelas Reformas de Base. Naquela noite de 30 de março, começaria o processo do Golpe, que teve início em Minas Gerais, onde havia um governo da UDN e a liderança militar da ala conservadora do Exército. As tropas mineiras se sublevaram e começaram a marchar em direção ao Rio de Janeiro. Com a adesão de São Paulo e de parte do Rio de Janeiro, portanto, o golpe se consolidou (Almeida, 2023, pp. 61-62).

O que se seguiu foi o período mais longo de intervenção militar na história da República Brasileira, durando de 1964 até 1985. Durante esse tempo, militares ocuparam a presidência e as liberdades democráticas foram suspensas total ou parcialmente (Almeida, 2023, pp. 61).

Por fim, destaca-se que a trajetória das Forças Armadas na política brasileira, desde a Proclamação da República até o Golpe de 1964, evidencia uma relação complexa e multifacetada entre o militarismo e a construção do Estado brasileiro. Nesse sentido, a influência dos militares na política, marcada por intervenções diretas e golpes de Estado, refletiu, de certa maneira, tanto as dinâmicas internas da instituição quanto as pressões externas e sociais.

Ademais, entre 1930 e 1945, observa-se o fortalecimento do Exército como um ator político protagonista. Nessa perspectiva, a Revolução de 1930 e o Estado Novo foram períodos de consolidação dos militares no jogo do poder, caracterizados por reformas internas, expurgos e a implementação de um projeto nacionalista. A ideologia do soldado-

corporação, que justificava a intervenção militar como necessária para a estabilidade e o progresso nacional, foi fundamental para moldar a atuação dos militares nesse período.

A análise das intervenções e transformações nas Forças Armadas, conforme apresentada por José Murilo de Carvalho e Júlia Almeida, revela a estrutura da organização castrense, da formação dos oficiais e da ideologia dos militares como determinantes para intervenções políticas.

Finalmente, percebe-se que a história das Forças Armadas brasileiras é marcada por momentos de profunda transformação, onde fatores internos e externos se combinam para moldar a atuação da instituição na política nacional. A influência das ideologias de intervenção, as mudanças na estrutura interna e a busca por um papel hegemônico no Estado demonstram a complexidade da relação entre os militares e o poder no Brasil. Essa compreensão é crucial para entendermos a relação entre os militares e o poder civil atualmente e analisarmos como se dá essa interação, a partir do repentino regresso dos militares à cena política nacional.

3 – OS MILITARES NO GOVERNO BOLSONARO

A redemocratização trouxe novos desafios para a agenda política no que diz respeito ao maior controle civil sobre a atividade militar, assim como uma nova dinâmica em torno do papel dos militares na política.

De fato, até a posse de Temer, em 2016, essas questões se mantiveram mais nos bastidores e em aspectos corporativistas – embora tenha havido envolvimento político em várias situações, algumas bastante tensas – não se caracterizou por uma participação política direta e expressiva dos militares no Poder Executivo. Nesse contexto, com o impedimento do governo Dilma em 2016, houve uma mudança significativa nesse cenário, com um gradual retorno dos militares à vida política. A primeira grande alteração foi a nomeação de um militar para o MD pela primeira vez desde sua criação em 1999, além de outro ministro de origem militar ocupando a chefia da Controladoria da República (Almeida, 2023, p. 147).

Em todas as últimas eleições, observou-se um significativo aumento da participação de policiais e reservistas das Forças Armadas em cargos eletivos, resultando na formação das chamadas “bancadas da bala” nos parlamentos, compostas por ex-oficiais de segurança pública e militares. Esse processo se intensificou, culminando nas eleições de 2018, com um crescimento de cerca de 1/3 em relação à legislatura anterior (Almeida, 2023, p. 147).

No início de 2018, houve a intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro, sob o comando do General Braga Netto, que seria futuro Ministro da Casa Civil do governo Bolsonaro. A partir desse momento, as declarações públicas de militares sobre os rumos políticos do país se tornaram mais frequentes. Em outras palavras, os militares começaram a se voltar para os holofotes da política com grande centralidade. Nessa conjuntura, isso se acentuou na eleição presidencial com a escolha do General Mourão para compor a chapa de Jair Bolsonaro como vice-presidente. Por fim, Bolsonaro foi eleito com 55% dos votos válidos no segundo turno contra Fernando Haddad (Almeida, 2023, p. 148).

Ressalta-se que é a partir de 2016, no Governo Temer, que se observa um aumento significativo na quantidade de militares empregados na política. Nesse sentido, o Governo Temer marca uma mudança importante na análise política brasileira, sinalizando o início de um processo que se intensificará com a eleição de Bolsonaro, mas que tem seu início

no processo de impedimento do Governo Dilma e na ascensão de Temer. Como já mencionado, durante o governo Temer, a relação com os militares começou a se modificar substancialmente. Nesse cenário, após quase 16 anos em que a interação com os militares era praticamente exclusiva do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Temer nomeou o General Joaquim Silva e Luna como Ministro da Defesa, sendo então o primeiro militar a ocupar esta posição desde a criação do ministério (Almeida, 2023, p. 167).

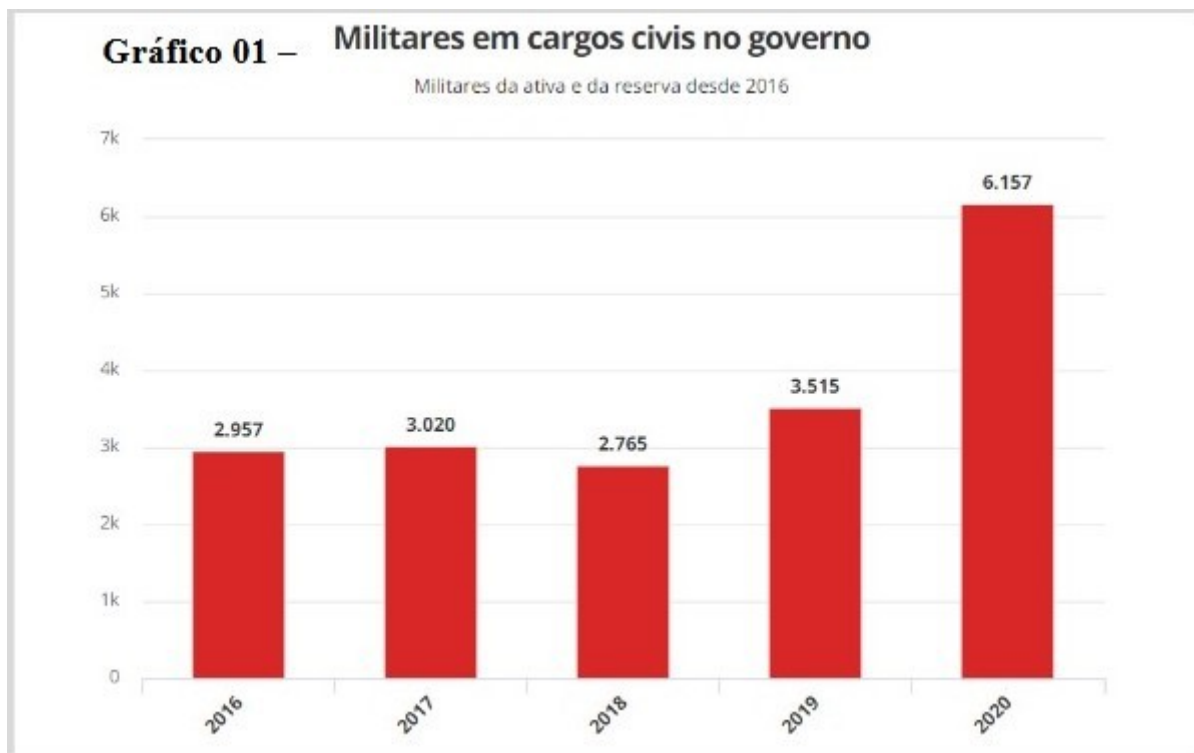
Essa alteração também ficou marcada como a primeira vez, desde o governo de Itamar Franco, que um militar ocupou um ministério civil. Desde então, partir do governo de FHC, os militares estavam restritos a cargos de natureza militar, e essa prática continuou durante os governos Lula e Dilma, em que pese tenha havido uma redução dos ministérios de natureza militar ao final do governo FHC. Assim, a nomeação de Silva e Luna representou o início de um processo de participação institucional direta dos militares na política (Almeida, 2023, p. 168).

Já Sérgio Westphalen Etchegoyen, que assumiu o GSI, possui uma carreira predominantemente militar e pertence à geração que ingressou na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) nos anos 1970. Sérgio Etchegoyen também foi assessor no Ministério da Defesa entre 2009 e 2011, durante o governo Dilma (Almeida, 2023, p. 169).

Outro protagonista foi Wagner Rosário, formado pela AMAN, possuía um perfil mais acadêmico e trabalhava como auditor federal de finanças e controle na Controladoria-Geral da União (CGU) desde 2009. Soma-se a esse Joaquim Silva e Luna, com uma carreira militar distinta, sendo que ambos permaneceram no governo Bolsonaro, com Wagner mantendo seu cargo e Joaquim assumindo a direção-geral de Itaipu. Esses fatos, portanto, demonstram a continuidade da presença militar na política iniciada ainda no governo Temer (Almeida, 2023, p. 169).

Finalmente, no mesmo dia em que Temer assumiu interinamente a presidência, ele recriou o GSI, restaurando seu status de ministério e novamente subordinando a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) a este órgão e, conseqüentemente, aos militares, revertendo uma mudança feita por Dilma. Além disso, foi instituída a Política Nacional de Inteligência (PNI), concentrando no GSI, pela primeira vez desde os governos militares, essas atribuições em um único órgão (Almeida, 2023, p. 169).

O processo de participação dos militares no governo brasileiro, que começou a se intensificar sob Michel Temer, atingiu seu ponto máximo durante o governo Bolsonaro. Nessa direção, um levantamento realizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU)⁴ revelou uma escalada significativa na presença de militares em cargos governamentais entre 2016 e 2020, conforme o gráfico a seguir:



Fonte: Lis (2020)

Nas primeiras três semanas de seu governo, Bolsonaro já havia preenchido o Palácio do Planalto e a Esplanada dos Ministérios com oficiais das Forças Armadas, a grande maioria na reserva. Nesse contexto, no final do segundo mês, mais de uma centena de militares estavam ocupando vários escalões da administração, chegando a 52 oficiais do Exército, 16 da Marinha e 13 da Força Aérea Brasileira (FAB) em cargos abaixo do status de ministro (Filho, 2019, p.168).

4 Ver: Governo Bolsonaro mais que dobra número de militares em cargos civis, aponta TCU. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/07/17/governo-bolsonaro-tem-6157-militares-em-cargos-civis-diz-tcu.ghtml>> . Acesso em: 12/06/2024.

No entanto, o núcleo que veio a simbolizar o aprofundamento da participação militar no sistema político era composto pelos generais que atuavam ao lado do presidente no Palácio do Planalto. Entre eles estavam: o chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Augusto Heleno Ribeiro Pereira, que nomeou como seu assessor especial o ex-comandante do Exército, Eduardo Villas Bôas; o titular da Secretaria de Governo, Carlos Alberto dos Santos Cruz; o porta-voz da Presidência da República, Otavio Rêgo Barros; e o vice-presidente, Hamilton Mourão (Filho, 2019, p.168).

Ressalta-se que, com a saída do ex-deputado Gustavo Bebianno da Secretaria-Geral da Presidência em 18 de fevereiro de 2019, juntou-se ao grupo o general Floriano Peixoto, que anteriormente era o secretário executivo da pasta. Tais oficiais-generais, todos da reserva, com exceção de Rêgo Barros, formaram-se na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) como aspirantes a oficiais durante o governo Geisel, entre 1974 e 1978, incluindo o próprio Bolsonaro. Esse também é o caso do então ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, e do titular da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos, Maynard Santa Rosa. De fato, A única exceção é Augusto Heleno, que recebeu a espada de aspirante a oficial em 1969 (Filho, 2019, p.168).

No final do primeiro semestre de 2020, havia nove ministérios liderados por oficiais das Forças Armadas, sejam da ativa ou da reserva, e mais um comandado por um oficial da Polícia Militar. Nessa conjuntura, este número representou o maior contingente de ministros de origem militar desde o governo de Castelo Branco (1964-1967), que chegou a ter doze ministros com formação castrense (Freixo, 2020, p. 22).

Para Freixo, por fim, embora a presença de oficiais das Forças Armadas no governo tenha sido significativa desde a posse do presidente, a militarização da administração federal se intensificou substancialmente a partir do segundo semestre de 2019. Nesse diapasão, à medida que crises políticas e de gestão se multiplicavam em várias áreas, essa tendência se consolidou ainda mais após o início da pandemia de Covid-19. Eventos como a saída dos ex-ministros Luiz Henrique Mandetta e Sérgio Moro do governo exemplificaram e aceleraram esse processo (Freixo, 2020, p. 23).

3.1 O Governo Bolsonaro e as Relações Cívico-Militares

Inicialmente, para Eduardo Heleno, a eleição da chapa composta por Jair Bolsonaro, um capitão da reserva com mais de duas décadas ocupando uma vaga no congresso, e Hamilton Mourão, um general recém saído do serviço ativo, parecia confirmar uma mudança no controle civil. Nessa conjuntura, a significativa ocupação de ministérios e cargos técnicos, anteriormente preenchidos por civis, por militares da ativa e da reserva, aliada à desconfiança em relação a políticos e técnicos civis, além da recorrência do discurso anticomunista similar ao da Guerra Fria que criminaliza opositores políticos e transforma adversários em inimigos, contribuiu para um ambiente de aumento da desconfiança e enfraquecimento do diálogo entre civis e militares (Santos, 2020, p. 117).

Nota-se, segundo o autor, que a campanha de Jair Bolsonaro já havia começado a influenciar aspectos cruciais das relações cívico-militares, principalmente após sua eleição e o primeiro ano e meio de seu mandato como presidente. Este fenômeno pode ser analisado à luz do conceito, já delineado no primeiro capítulo, de controle civil de Samuel Huntington em sua obra clássica "O Soldado e o Estado". Conforme Santos:

Na leitura que fazemos de Huntington, a politização dos militares e o desrespeito às regras democráticas por parte dos grupos civis poderiam redundar no esgarçamento do controle civil até ser substituído por um poder militar. A questão aqui não é a representação política de qualquer grupo social, entre eles os militares, que é essencial, mas o uso de símbolos e discursos que maximizam um partido em detrimento dos demais. Um partido ancorado nas Forças Armadas e uma visão da oposição política como inimiga minam a hierarquia e a disciplina, caras aos militares e o debate democrático, caro aos civis. A organização das candidaturas do PSL, com forte componente militar em um momento de aguda crise política, e um discurso de demonização dos partidos de esquerda, não somente indicou a construção de um controle civil subjetivo, como formalizou no jogo partidário a ideia do Poder Moderador das Forças Armadas, estabelecido por meio do voto e nucleado apenas nas forças políticas ligadas a Jair Bolsonaro (Santos, 2020, p. 123).

Para além das nuances das questões teóricas acerca das relações cívico-militares, é preciso considerar os aspectos oriundos das próprias crises geradas por dentro do Governo Bolsonaro, por grupos antagônicos. Nesse sentido, há casos inclusive de declarações públicas de militares, ex-integrantes do governo, contra o governo Bolsonaro, como o general Otávio Rêgo Barros, ex-porta-voz da Presidência da República, que afirmou:

É doloroso perceber que os projetos apresentados nas campanhas eleitorais, com vistas a convencer-nos a depositar nosso voto nas urnas eletrônicas, são meras peças publicitárias, talhadas para aquele momento. Valem tanto quanto uma nota de sete reais.

Tão logo o mandato se inicia, aqueles planos são paulatinamente esquecidos diante das dificuldades políticas por implementá-los ou mesmo por outros mesquinhos interesses. Os assessores leais — escravos modernos — que sussurram os conselhos de humildade e bom senso aos eleitos chegam a ficar roucos (Barros, 2020)⁵.

Outro militar que criticou abertamente o governo Bolsonaro, que ocupava um cargo importante, foi o general Santos Cruz (ex-Ministro da Secretaria de Governo), que foi demitido em 2019⁶. Cruz afirmou em 2021:

“A gente percebe que é alguma coisa pessoal e muito anarquista também. Com clareza, você tem a destruição das instituições. A Anvisa foi desmoralizada, o Ministério da Justiça, o Coaf foi desmoralizado, as Forças Armadas estão tendo um desgaste fantástico”⁷.

Durante seu mandato, Bolsonaro frequentemente tensionou as instituições democráticas, buscando consolidar sua imagem de líder forte e carismático. Nesse ambiente, tal tensionamento afetou diversas instituições do Estado, incluindo as Forças Armadas, que passaram a ser vistas não apenas como instrumentos de governo, mas também como entidades politizadas (Santos et al, 2024, p.14).

As relações entre civis e militares, para os autores, no governo Bolsonaro foram marcadas por tensões, apesar dos desafios de controle e do profissionalismo militar. Desde o início do mandato, surgiram controvérsias em torno da inclusão de militares no governo. Nesse contexto, um exemplo notável é o do General Eduardo Pazuello, que atuou como Ministro da Saúde. Além disso, a participação desse militar em um palanque eleitoral, enquanto ainda estava na ativa, levantou preocupações sobre a mistura de funções militares e

5 Ver: Sem citar nomes, ex-porta-voz Rêgo Barros critica Bolsonaro em artigo. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/10/28/sem-citar-nomes-ex-porta-voz-rego-barros-critica-bolsonaro-em-artigo.htm>> . Acesso em: 12/07/2024.

6 Ver: ROSSI, M. General Santos Cruz é demitido e vira terceiro ministro a deixar o Governo Bolsonaro. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/13/politica/1560458432_237660.html> . Acesso em: 12/07/2024.

7 Ver: PODER. Para Santos Cruz, projeto de governo de Bolsonaro é “estritamente pessoal”. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/governo/para-santos-cruz-projeto-de-governo-de-bolsonaro-e-estritamente-pessoal/>> . Acesso em: 12/07/2024.

políticas. Esse conflito culminou na saída do Ministro da Defesa, General Fernando Azevedo e Silva, juntamente com outros comandantes militares em 2021 (Santos et al, 2024, p.14).

O General Fernando Azevedo era um defensor firme da manutenção das Forças Armadas como instituição de Estado, resistindo às tentativas de Bolsonaro de politizar os militares. Da mesma forma, o General Edson Leal Pujol, nomeado por Bolsonaro como comandante do Exército, também se posicionou contra a politização da instituição. Em consequência, Pujol foi exonerado antes do término do mandato presidencial, acompanhado pelos comandantes da Marinha e da Aeronáutica (Santos et al, 2024, p.15).

Tais divergências, continua Santos, tornaram-se especialmente evidentes durante a pandemia de Covid-19. Nessa perspectiva, enquanto o General Pujol declarava publicamente que enfrentar os efeitos da pandemia era a missão mais importante de sua geração, Bolsonaro minimizava a gravidade da Covid-19, referindo-se a ela como uma "gripezinha"⁸. Essa discordância ilustra claramente o conflito entre a abordagem técnica e científica defendida pelos militares e a postura política adotada pelo presidente, continua o autor: "oficiais que apoiaram Bolsonaro em 2018 e que criticaram a politização das Forças Armadas foram afastados do governo, como os generais Rego Barros e Santos Cruz. Outros, na reserva, que já o contestavam desde as eleições, foram punidos" (Santos et al, 2024, p.15).

Durante seu período como parlamentar e nas eleições de 2018, Bolsonaro espalhou uma teoria conspiratória sobre a segurança das urnas eletrônicas, defendendo a necessidade de que um comprovante em papel fosse emitido para cada voto. Tal discurso ressurgiu com força nas eleições de 2022, especialmente, em meio ao retorno de Luiz Inácio Lula da Silva à cena política e ao desempenho fraco dos aliados de Bolsonaro nas eleições municipais de 2020 (Santos et al, 2024, p.15).

No Brasil, as eleições municipais seguem padrões de alianças e coligações que diferem das eleições gerais. Porém, a derrota dos aliados de Bolsonaro em várias cidades importantes, como Recife, Rio de Janeiro e São Paulo em 2020, destacou a fragilidade de seu apoio. Nessa conjuntura, esse retrocesso do bolsonarismo, em grande parte atribuído à má gestão da crise de saúde causada pela pandemia de Covid-19, serviu como um alerta para o governo (Santos et al, 2024, p.15).

8 Ver: Bolsonaro volta a minimizar pandemia e chama Covid-19 de "gripezinha".

<<https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-volta-minimizar-pandemia-chama-covid-19-de-gripezinha-1-24319177>> acesso em 10/08/2024.

Em resposta, Bolsonaro mobilizou as Forças Armadas como uma ferramenta para pressionar o Congresso e o Supremo Tribunal Federal (STF) em torno das alegações de fraude eleitoral e na defesa do voto impresso. Nesse contexto, um exemplo dessa estratégia ocorreu em agosto de 2021, quando, sob a orientação de Almir Garnier, então Comandante da Marinha, foi realizado um desfile militar na Esplanada dos Ministérios, coincidentemente, próximo as comemorações dos 200 anos da Independência do Brasil (Santos et al, 2024, p.15)..

Nota-se que tal evento foi amplamente interpretado como uma demonstração de poder e uma tentativa de influenciar o cenário político. Nesse sentido, Bolsonaro utilizou a estrutura militar para reforçar sua posição e pressionar as instituições democráticas. No entanto, essa tática encontrou resistências e gerou preocupações sobre a crescente militarização da política e a interferência das Forças Armadas em questões civis. Nos meses finais de seu mandato, Bolsonaro persistiu em usar a retórica militar e promover eventos cívicos para consolidar o apoio de seus seguidores e aumentar a pressão institucional, fato que agravou as tensões políticas no Brasil (Santos et al, 2024, p.15).

Nos últimos meses do governo de Jair Bolsonaro, o Brasil enfrentou um período marcado por intensas tensões políticas que culminaram em uma grave crise institucional. Nessa perspectiva, após a derrota nas eleições presidenciais de 2022 para Luiz Inácio Lula da Silva, Bolsonaro e seus seguidores passaram a questionar a legitimidade do processo eleitoral, o que intensificou ainda mais a polarização no país⁹.

De fato, a situação atingiu seu ponto crítico em 8 de janeiro de 2023, quando milhares de apoiadores radicais de Bolsonaro invadiram e vandalizaram as sedes dos Três Poderes em Brasília, incluindo o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal¹⁰. Tal ataque foi amplamente interpretado como uma tentativa de golpe, cujo objetivo era interromper a transição de poder e impedir a posse de Lula. Esse episódio revelou a profundidade da crise política e institucional que se desenrolava no Brasil.

9 Ver: Bolsonaro questiona sem provas apuracao do 1º turno e recicla teoria já desmentida < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/10/bolsonaro-questiona-sem-provas-apuracao-do-1o-turno-e-recicla-teoria-ja-desmentida.shtml>> acesso em 12/07/2024

10 Ver: Barroso diz que 8 de janeiro foi meticulosamente planejado<<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/01/08/barroso-diz-que-8-de-janeiro-foi-meticulosamente-planejado>> acesso em 12/07/2024

Já em resposta aos eventos de 8 de janeiro, a Polícia Federal iniciou uma série de inquéritos para apurar as responsabilidades pelo ataque e investigar a possível existência de uma articulação golpista. Nessa direção, diversos indivíduos, entre eles militares de alta patente (05 Oficiais generais) e aliados próximos de Bolsonaro, passaram a ser investigados por seu envolvimento nos acontecimentos. Essas investigações focaram também em determinar se houve conivência ou omissão por parte das Forças Armadas e de outros órgãos de segurança durante os ataques¹¹. Em que pese as investigações ainda estarem em curso em 2024, essas já resultaram em diversas prisões e denúncias, sublinhando novamente a gravidade da situação¹².

Esses inquéritos abrangem várias frentes: a participação direta no planejamento dos atos golpistas, a omissão em impedir as ações de 8 de janeiro e a possível organização de uma rede de apoio logístico e financeiro para os atos de vandalismo. Nesse diapasão, as investigações buscam não apenas esclarecer o papel desses militares, mas também avaliar se houve uma violação do dever constitucional de manter a ordem e proteger as instituições democráticas¹³.

Mais recentemente, no dia 17 de abril de 2024, durante uma sessão da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional na Câmara dos Deputados, o Comandante do Exército Brasileiro, General Tomás Paiva, enfrentou questionamentos incisivos¹⁴. Um dos temas mais controversos foi a suspeita de que o General estaria consultando o Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, para tomar decisões relacionadas à nomeação de oficiais militares. Essa acusação foi apresentada pelo deputado federal Marcel van Hattem (Partido Novo), de oposição ao governo Lula, que sugeriu uma possível interferência do Judiciário nas decisões internas das Forças Armadas.

11 Ver: PRAZERES, L. Investigação sobre golpe de Estado: o impacto da inédita operação na alta cúpula militar. < <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cz9e4xyd1kwo>> acesso em 09/07/2024.

12 Ver: Exército exonera de postos de comando militares investigados por atos golpistas. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/02/14/exercito-exonera-de-postos-de-comando-militares-investigados-por-atos-golpistas.ghtml>> . Acesso em: 09/08/2024.

13 Ver: R7.COM. PF investiga 16 militares que teriam participado de ações golpistas. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/brasil/pf-investiga-16-militares-que-teriam-participado-de-aco-es-golpistas-08022024/>> . Acesso em: 09/08/2024.

14 Ver: JEFFERSON, S. Deputado confronta Comandante do Exército: “O Senhor se consulta com o Alexandre de Moraes?”. Disponível em: <<https://www.sociedademilitar.com.br/2024/04/deputado-confronta-comandante-do-exercito-o-senhor-se-consulta-com-o-alexandre-de-moraes-2022j.html>> . Acesso em: 12/08/2024.

Nesse contexto, em resposta, o General Tomás Paiva refutou qualquer consulta ao Ministro Alexandre de Moraes para a nomeação de oficiais, destacando que essas nomeações seguem estritamente os procedimentos regulamentares das Forças Armadas. Este incidente insere-se no debate mais amplo sobre a crescente influência do Judiciário nas decisões militares e suas possíveis implicações para a autonomia das Forças Armadas. Essas críticas refletem, portanto, uma tensão crescente entre os setores políticos e militares, particularmente no contexto do atual governo e das investigações em torno dos eventos de 8 de janeiro de 2023.

Outro ponto a ser considerado é que a instituição militar foi exposta a uma série de críticas¹⁵, em grande parte devido à estreita associação entre militares de alta patente e o governo federal, além do envolvimento das Forças Armadas em questões políticas internas. Nessa conjuntura, operações controversas, como aquelas relacionadas ao combate à pandemia de COVID-19 e às eleições, comprometeram a percepção pública de imparcialidade e profissionalismo que tradicionalmente se associava às Forças Armadas.

Adicionalmente, investigações recentes sobre a participação das Forças Armadas em eventos políticos sensíveis, como os atos de 8 de janeiro de 2023, intensificaram o escrutínio público e a desconfiança. Suspeitas de interferência do Judiciário nas decisões militares, bem como alegações de que os militares estão subutilizados ou mal preparados para enfrentar ameaças reais, contribuíram para a erosão da confiança pública. Esse cenário evidencia, pois, uma crescente dissociação entre a imagem tradicionalmente respeitada das Forças Armadas e sua atuação em um contexto político cada vez mais polarizado¹⁶.

15 Ver: PODER. Militares gastaram verba da covid com salgadinho e picanha, diz TCU. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/poder-governo/governo/militares-gastaram-verba-da-covid-com-salgadinho-e-picanha-diz-tcu/>>. Acesso em: 12/08/2024.

PUTTI, A. As Forças Armadas também são responsáveis pela tragédia sanitária. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/artigo/as-forcas-armadas-tambem-sao-responsaveis-pela-tragedia-sanitaria/>>. Acesso em: 12/08/2024.

16 Ver: TOLEDO, M. Confiança dos brasileiros nas Forças Armadas cai em 2023, diz pesquisa Quaest. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/desconfianca-nas-forcas-armadas-cresce-entre-eleitores-de-bolsonaro-diz-pesquisa-quaest/>>. Acesso em: 12/08/2024.

Confiança nas Forças Armadas cai para 20%, diz pesquisa. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/pesquisas/confianca-nas-forcas-armadas-cai-para-20-diz-pesquisa/>>. Acesso em: 12/08/2024,

ROSCOE, B. Imagem das Forças Armadas piora: 29% acham trabalho ruim ou péssimo. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/governo/imagem-das-forcas-armadas-piora-29-acham-trabalho-ruim-ou-pessimo/>>. Acesso em: 12/08/2024.

Todo esse cenário gerou uma série de propostas legislativas que buscam restringir, ou até mesmo impedir, a participação direta de militares na política nacional, com o intuito de preservar a separação entre as funções civis e militares e, conseqüentemente, fortalecer a democracia. Nesse contexto, essas propostas legislativas visam, essencialmente, estabelecer barreiras mais rigorosas para a entrada de militares na vida política. Uma das principais medidas sugeridas é a imposição de um período de quarentena, exigindo que os oficiais das Forças Armadas se afastem de seus cargos por um determinado tempo antes de se candidatarem a cargos eletivos ou assumirem funções políticas¹⁷.

Outra proposta em discussão sugere a proibição total de que militares da ativa ocupem cargos políticos, obrigando-os a se afastar definitivamente das Forças Armadas caso optem por ingressar na política. Os defensores dessas restrições argumentam que a preservação da democracia requer uma separação clara entre os poderes civis e militares, alertando que a influência política dos militares pode enfraquecer essa distinção, levando a uma militarização da política e a potenciais retrocessos democráticos¹⁸.

À medida que essas propostas legislativas avançam no Congresso, o debate sobre o papel dos militares na política brasileira permanece um tema central. A forma como o Brasil decidirá regulamentar essa questão terá implicações profundas para o futuro da democracia no país, estabelecendo os limites da participação dos militares na política e garantindo que as Forças Armadas continuem a servir como uma instituição de Estado e não de interesses partidários ou particulares de qualquer político com motivações pessoais que apareça. Em janeiro de 2023, o General Santos Cruz afirmou sobre Jair Bolsonaro: “Esse show que se viu não tem nada de direita. O Bolsonaro, como populista, investiu no extremismo. A direita é composta por gente equilibrada, gente que sabe conviver com a diversidade de ideias.”¹⁹.

Queda na confiança em militares é mais aguda entre bolsonaristas, mostra pesquisa Genial/Quaest. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/blogs/pulso/post/2023/08/queda-na-confianca-em-militares-e-mais-aguda-entre-bolsonaristas-mostra-pesquisa-genialquaest.ghtml>>. Acesso em: 12/08/2024.

17 Ver: Quarentena para militar se candidatar pode ser votada dia 5 de junho. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2024-05/quarentena-para-militar-se-candidatar-pode-ser-votada-dia-5-de-junho>>. Acesso em: 12/08/2024.

18 Ver: Governo anuncia PEC que pode proibir militar da ativa de se candidatar. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2023-08/governo-anuncia-pec-que-pode-proibir-militares-da-ativa-de-se-candidatar>>. Acesso em: 12/08/2024.

Cabe mencionar que, conforme já abordado neste trabalho, para Huntington, os militares devem estar submetidos e subordinados ao poder civil. Nesse contexto, observa-se que há uma crise nas relações civis-militares no Brasil que durou, praticamente, todo o governo Bolsonaro e ainda persiste nos dias atuais. Os embates travados pelo Ministério da Defesa e o poder judiciário, além das crises militares internas daquele governo, demonstram que o controle civil esteve seriamente ameaçado no País. Para Huntington, quando os militares se envolvem em questões políticas, o conceito de controle civil objetivo é enfraquecido. Ele argumenta que quanto mais os militares participam da política, mais o controle civil sobre eles diminui, o que representa uma ameaça significativa aos princípios democráticos. Assim, o envolvimento político dos militares é visto como um risco direto à integridade e estabilidade de um estado democrático (Huntington, 2016, p. 107).

Outro fator importante a ser observado, ademais, é que durante toda essa crise, oriunda da participação na política dos militares, é que a democracia brasileira ainda não está de fato consolidada, segura e isenta de ataques. Nessa perspectiva, para consolidar tal afirmativa, destaca-se o posicionamento de Maria da Saudade Baltazar, conforme já delineado no primeiro capítulo, a qual afirma que nas democracias desenvolvidas, a tensão entre civis e militares foi amplamente superada, com os principais desafios agora girando em torno de questões administrativas, como a alocação de recursos e o dimensionamento das forças armadas. A legitimidade do controle civil sobre as forças militares é firmemente estabelecida, tornando improvável o uso das forças armadas para objetivos político-partidários (Baltazar, 2000, p. 5).

Pode-se afirmar, ainda sob o prisma de Baltazar, que nessas nações, existe um entendimento consolidado de que a liderança civil é responsável por definir as metas nacionais e comandar as forças armadas. Esse entendimento resulta de uma clara compreensão dos limites da subordinação militar ao poder civil, um entendimento que foi se fortalecendo ao longo do tempo entre políticos e militares. Cada Estado desenvolveu um conjunto específico de normas, princípios e diretrizes que orientam tanto os líderes civis quanto os militares na implementação de políticas equilibradas e eficazes. Isso assegura que

19 Ver: LOPES, L. “Bolsonaro não é de direita, é um populista”, diz general Santos Cruz. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-nao-e-de-direita-e-um-populista-diz-general-santos-cruz/>. Acesso em: 09/08/2024.

os militares permaneçam sob controle civil, conforme os princípios de governança democrática (Baltazar, 2000, p. 5).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou sintetizar as principais reflexões e descobertas sobre a crescente participação dos militares na política brasileira, especialmente no período de 2018 a 2022, durante o governo de Jair Bolsonaro. Nesse contexto, a análise realizada ao longo dos capítulos demonstra que a redemocratização trouxe novos desafios para o controle civil sobre as Forças Armadas, ao mesmo tempo em que o retorno dos militares à esfera política, especialmente em cargos de alta relevância, reacendeu debates sobre as relações civis-militares no Brasil.

O estudo evidenciou que a ocupação de cargos políticos por militares não apenas se intensificou, mas também alterou a dinâmica tradicional entre civis e militares, desafiando o controle civil sobre as instituições militares. Nessa direção, a pesquisa teórica fundamentada em autores como Maria Baltazar, Samuel Huntington e Morris Janowitz, forneceu a base para compreender a complexidade dessas relações em um contexto global e, mais especificamente, no Brasil.

A contextualização histórica da participação militar na política brasileira, desde a Proclamação da República até o Golpe de 1964, destacou como as Forças Armadas se consolidaram como um ator político relevante em diversos momentos cruciais da história do país. A análise das intervenções militares ao longo do século XX demonstrou como ideologias e dinâmicas internas da organização militar influenciaram suas ações na política nacional.

O último capítulo, que foca no governo Bolsonaro, mostrou como a participação dos militares na política se intensificou, gerando tensões internas e externas e crises institucionais, culminando nos eventos de 8 de janeiro de 2023. Tais crises demonstraram a necessidade de reavaliar o papel dos militares na política e a importância de garantir um controle civil eficaz com o fito de preservar a democracia.

Em suma, dentro das possibilidades, este trabalho monográfico visa a contribuir para o importante debate sobre as relações civis-militares no Brasil. Com isso, oferecendo uma análise acerca dos riscos e desafios associados à participação dos militares na política, tanto para as próprias Forças Armadas quanto para o País. O estudo reforça, pois, a importância de se estabelecer limites claros entre as funções civis e militares, a fim de

assegurar a estabilidade democrática e evitar retrocessos autoritários e, principalmente, garantir que as Forças Armadas brasileiras sigam focadas nas suas funções constitucionais estratégicas, enquanto instituições de estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALIAGA, L. O soldado-cidadão e o intervencionismo moderador na Primeira República: passado-presente. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, v. 11, n. 2, 2024. Disponível em: <https://rbed.abedef.org/rbed/article/view/75389>. Acesso em: 18 out. 2024.

BALTAZAR, Maria da Saudade. O “Estado” das relações civil-militares em democracia. IV Congresso Português de Sociologia, 2000. Disponível em: https://aps.pt/wp-content/uploads/2017/08/DPR462dbb416b73b_1.pdf. Acesso em: 23 mai. 2024.

BRASIL, Comissão Nacional da Verdade. Relatório. Volume I. Brasília: CNV, 2014.

COSTA, Frederico Carlos de Sá. A Relação Civil-Militar e os Estudos Estratégicos. *Revista Teoria e Sociedade: UFMG*, n.22.1, 2014. Disponível em: <https://teoriaesociedade.fafich.ufmg.br/index.php/rts/article/view/137/102>. Acesso em: 14 mar. 2024.

D’ARAÚJO, Maria Celina. Ainda em busca da identidade: desafios das Forças Armadas na Nova República. *Textos CPDOC: Fundação Getúlio Vargas*, n.36, 2024. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/5e1fa04a-80bd-474c-9c1a-da2ea519c28d/full>. Acesso em: 27 mai. 2024.

DA SILVA, Julia Almeida Vasconcelos. A militarização da política no Brasil contemporâneo. São Paulo: Alameda Editora, 2024.

FILHO, J.R.M. Ordem desunida: militares e política no governo Bolsonaro. *Perseu: história, memória e política*, 18, 168–193, 2019. Disponível em: <http://revperseu.fpabramo.org.br/index.php/revistaperseu/article/view/320/262>. Acesso em: 18 jun. 2024.

FREIXO, Adriano de. Os militares e o governo Jair Bolsonaro: entre o anticomunismo e a busca pelo protagonismo. Rio de Janeiro: Zazie Edições, 2020.

HUNTINGTON, Samuel. O soldado e o Estado: teoria e política das Relações entre Civis e Militares. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2016.

JANOWITZ, Morris. O soldado profissional: um estudo social e político. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1967.

MURILO DE CARVALHO, José. Forças Armadas e Política no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2005.

OLIVEIRA, Eliézer; SOARES, Samuel. Forças Armadas, direção política e formato institucional. In: D’Araújo, Maria Celina; Castro, Celso & Soares, Gláucio Arv Dillon (orgs.).

Democracia e forças armadas no cone Sul. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000. p. 98-124.

SANTOS, E. Heleno. Controle civil? A ascensão de Bolsonaro e a encruzilhada do Brasil – militares, Forças Armadas e política. *In*: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.). *Os militares e a crise brasileira*. São Paulo: Alameda, 2021. p. 117-125.

SANTOS, E. Heleno; KUBIK, E.; CUNHA, PRR. Controle Civil Sob Ameaça? Militarismo, Politização e Radicalização dos Militares no Brasil de Bolsonaro. *RBED*, 2024.